



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1	Contexto operacional.....	3
Nota 2	Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis .....	4
Nota 3	Disponibilidades e reservas no Banco Central.....	25
Nota 4	Empréstimos e recebíveis .....	26
Nota 5	Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas.....	27
Nota 6	Instrumentos financeiros derivativos.....	28
Nota 7	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado .....	29
Nota 8	Investimentos financeiros – Títulos e Valores Mobiliários .....	30
Nota 9	Ativos não correntes mantidos para venda.....	31
Nota 10	Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.....	31
Nota 11	Ativo imobilizado .....	33
Nota 12	Ativo intangível.....	34
Nota 13	Ativo fiscal diferido.....	36
Nota 14	Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos .....	38
Nota 15	Outros ativos .....	38
Nota 16	Depósitos .....	38
Nota 17	Recursos para destinação específica .....	39
Nota 18	Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas .....	40
Nota 19	Obrigações por empréstimos e repasses .....	41
Nota 20	Benefícios a empregados .....	42
Nota 21	Provisões para passivos contingentes.....	59
Nota 22	Passivo fiscal diferido .....	62
Nota 23	Outras obrigações .....	63
Nota 24	Patrimônio Líquido.....	63



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25	Receitas com juros e similares .....	65
Nota 26	Despesas com juros e similares .....	65
Nota 27	Receita líquida com taxas e comissões .....	65
Nota 28	Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros .....	66
Nota 29	Ganhos e perdas com operações de câmbio.....	67
Nota 30	Outras receitas operacionais .....	67
Nota 31	Despesas com pessoal .....	67
Nota 32	Outras despesas administrativas.....	68
Nota 33	Perdas com ativos financeiros.....	68
Nota 34	Outras despesas operacionais .....	70
Nota 35	Impostos.....	70
Nota 36	Gestão de riscos .....	71
Nota 37	Análise de vencimento de ativos e passivos.....	94
Nota 38	Partes relacionadas.....	103
Nota 39	Eventos após a data do balanço.....	105
Nota 40	Primeira adoção ao IFRS .....	106
Nota 41	Outras informações .....	114



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **Nota 1 Contexto operacional**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituição financeira pública de direito privado vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, tem sua gestão econômico-financeira inserida no conjunto de decisões do Governo Federal e está sujeita às normas e decisões emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

#### **Áreas de atuação**

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana e bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, em habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA administra loterias, fundos de investimentos, fundos sociais e programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria, com demonstrações financeiras apresentadas individualmente.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S. A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

**2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

O Conselho Diretor autorizou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 por meio da deliberação emitida em 19 de abril de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são as primeiras elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2009 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

A nota nº 40 contém a reconciliação do patrimônio líquido na data de adoção inicial do IFRS e em 31 de dezembro de 2009 e a reconciliação do resultado no final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações financeiras consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações de outros resultados abrangentes; demonstrações das mutações do patrimônio líquido; e demonstrações dos fluxos de caixa.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**2.2.1 Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da CAIXA e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), ambas traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos da CAIXA são contabilizados com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, designados ao valor justo, disponíveis para venda e derivativos e outros ativos mantidos para negociação, os quais são mensurados ao valor justo.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **2.2.2 Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações financeiras da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

A CAIXAPAR é consolidada a partir da data de sua constituição, ou seja, quando a CAIXA passou a deter o poder decisório sobre suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter os benefícios de suas atividades.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

No caso de operações com uma coligada e entidades sob controle conjunto, os resultados relacionados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA nestas investidas.

### **2.2.3 Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

**2.2.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

**a) Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

**b) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros**

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, nos quais o custo da transação é reconhecido no resultado do período.

**c) Derivativos**

Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos.

A CAIXA usa derivativos como *swaps*, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira.

As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em 'ganhos/perdas com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos)'.

**d) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação**

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados ao valor justo.

As variações no valor justo são reconhecidas em 'ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos)' e as receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em 'receitas e despesas com juros e similares'.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA inclui nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas e empréstimos a clientes adquiridos especialmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo.

**e) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos e passivos financeiros são designados nessa categoria somente no seu reconhecimento inicial seja para eliminação ou redução de inconsistências contábeis ocasionadas pela mensuração de ativos e passivos e/ou reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases divergentes, seja por que tais instrumentos são gerenciados e avaliados pelo seu valor justo.

A Caixa pode designar seus instrumentos a valor justo mediante atendimentos dos requisito citados anteriormente.

**f) Investimentos financeiros – disponíveis para venda**

São instrumentos de dívida a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou a mudanças na condição do mercado.

Os investimentos disponíveis para venda incluem ações não classificadas como mantidas para negociação ou designadas ao valor justo por meio do resultado e instrumentos de dívida.

Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em ajuste de avaliação patrimonial.

Na liquidação do investimento, os ganhos ou perdas acumulados, previamente contabilizados no patrimônio líquido, são reconhecidos em 'outras receitas operacionais' e os juros auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como 'receita com juros e similares' usando a taxa de juros efetiva (TJE).

Os dividendos auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como 'outras receitas operacionais' quando o direito ao recebimento for estabelecido.

As perdas com redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado em 'perdas com ativos financeiros (líquidas) – outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado' e baixadas da rubrica 'ajustes de avaliação patrimonial', no patrimônio líquido.

**g) Investimentos financeiros – mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, para os quais a CAIXA tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido dos custos de transação e posteriormente são mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE, líquido das perdas com redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na aquisição e as tarifas que integram a TJE.

A amortização é incluída em 'receita com juros e similares' na demonstração do resultado.

As perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de tais investimentos são reconhecidas na demonstração do resultado em 'perdas com ativos financeiros (líquidas)'.

**h) Empréstimos e recebíveis de clientes e de instituições financeiras**

Valores a receber de Instituições Financeiras e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a CAIXA:

- I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como 'ao valor justo por meio do resultado';
- II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou
- III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em 'receita com juros e similares' na demonstração do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em 'perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis'.

**i) Dívidas emitidas e outros fundos tomados**

Instrumentos financeiros ou seus componentes emitidos pela CAIXA, não designados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no passivo em 'Instrumentos de dívida'.

Isso ocorre quando a CAIXA assume no acordo contratual, substancialmente, a obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro ao detentor ou de satisfazer uma obrigação que não a troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por uma quantidade fixa de ações patrimoniais.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após a mensuração inicial, a dívida emitida e outros fundos tomados são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos que integram a TJE.

Um instrumento financeiro híbrido, que contém componentes de dívida e patrimônio, é separado na data de emissão.

Uma porção da renda líquida do instrumento é alocada para o componente de dívida, na data de emissão, baseada no seu valor justo (que geralmente é determinado com base no preço de mercado de dívidas semelhantes).

O componente patrimonial é designado ao valor residual após deduzir, do valor justo do instrumento, o valor separado e determinado para o componente de dívida.

Uma análise dos instrumentos de dívida emitidos pela CAIXA está divulgada na nota nº 18.

**j) Reclassificação de ativos financeiros**

Em certas circunstâncias a CAIXA pode reclassificar, desde 1º de julho de 2008, ativos financeiros não derivativos da categoria 'mantidos para negociação' para as categorias 'disponíveis para venda', 'empréstimos e recebíveis', ou 'mantidos até o vencimento'.

A partir dessa data, a CAIXA também pode reclassificar, em certas circunstâncias, instrumentos financeiros da categoria 'disponível para venda' para 'empréstimos e recebíveis'.

As referidas reclassificações são registradas ao valor justo, na data da reclassificação, tornando-se o novo custo amortizado.

A CAIXA pode reclassificar um ativo de negociação não derivativo da categoria 'mantido para negociação' para a categoria 'empréstimos e recebíveis', se ele atender a definição de empréstimo e recebível e a CAIXA tiver a intenção e habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até seu vencimento.

Se um ativo financeiro é reclassificado e a CAIXA aumenta, subsequentemente, sua estimativa de recebimento de fluxo de caixa futuro, bem como o respectivo valor recuperável desses recebíveis, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste à TJE a partir da data da alteração da estimativa.

Para um ativo financeiro reclassificado da categoria 'disponível para venda', qualquer ganho ou perda previamente reconhecido no patrimônio líquido é amortizado para o resultado, ao longo da vida útil remanescente do investimento, usando a TJE.

Qualquer diferença entre o novo custo amortizado e o fluxo de caixa esperado também é amortizada ao longo da vida útil remanescente do ativo usando a TJE.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se o ativo subsequentemente é determinado como abaixo do valor recuperável, o montante registrado no patrimônio é reclassificado para a demonstração do resultado.

A reclassificação é opção da Administração e é determinada caso a caso.

As reclassificações promovidas pela CAIXA ocorreram em função da primeira adoção do IFRS, para adequação da carteira com base nas estratégias da Administração, e têm sua análise divulgada na nota nº 40.

## **2.2.5 Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros**

### **a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- I o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- II a CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo; ou
- III a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

### **b) Passivos financeiros**

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é eliminada, cancelada ou vencida.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **2.2.6 Operações compromissadas**

Os títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, nos casos em que a CAIXA retém substancialmente todos os riscos e benefícios.

O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em 'garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas', refletindo a substância econômica da transação como uma dívida da CAIXA.

A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial.

O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo da CAIXA.

A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita com juros e similares' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE.

### **2.2.7 Determinação do valor justo**

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado, sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de *swap*.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota nº 36.7.

### **2.2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido).



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

**a) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (valores a receber de bancos, empréstimos e investimentos mantidos até o vencimento), a CAIXA avalia se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável individualmente, para ativos financeiros significativos, ou coletivamente, para os demais ativos financeiros.

Se a CAIXA determinar que essa evidência não existe para um ativo financeiro individualmente avaliado, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com característica de risco de crédito semelhantes e, coletivamente, a entidade avalia o grupo por redução ao valor recuperável.

Os ativos avaliados individualmente, para os quais há reconhecimento de perda com redução ao valor recuperável, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

Para selecionar os ativos analisados individualmente, a CAIXA considera a segmentação inicial prevista para Basiléia II, a particularidade de cada tomador, a relevância dos valores e as premissas utilizadas nas avaliações de risco de crédito.

Na análise individual, os ativos serão avaliados para verificar se há perda por redução ao valor recuperável quando:

- I piorar o *rating* do tomador e/ou operação em função de reavaliação mais recente, comparando-se com o *rating* do tomador ou operação no momento da contratação;
- II houver sinalização de piora na situação do tomador, verificada pela área de risco;
- III estiverem em situação de atraso igual ou superior a 90 dias, conforme correlação com *rating*.

Os empréstimos avaliados pela análise coletiva têm a provisão estabelecida a partir da utilização da metodologia de perda média histórica da carteira de crédito, baseada na premissa de apuração de um ponto de corte que indica baixa probabilidade de diminuição do atraso ou de retorno à adimplência.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação.

Se, em um ano subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento posterior ao seu reconhecimento, o montante previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'perdas com ativos financeiros (líquidas)'.

As perdas com redução ao valor recuperável em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado, a provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis por classe e as perdas com redução ao valor recuperável em investimentos mantidos até o vencimento estão detalhadas nas notas 4, 33 e 36.

**b) Investimentos financeiros disponíveis para venda**

Para investimentos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o investimento está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a CAIXA avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Porém, o montante registrado como redução ao valor recuperável é a perda acumulada mensurada como diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando-se a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro que serviu de base para mensurar a perda com redução ao valor recuperável.

Os rendimentos com os juros desses investimentos são registrados como parte de 'receita com juros e similares'.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida que teve perda com redução ao valor recuperável reconhecida no resultado aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento de crédito ocorrido depois desse reconhecimento, esta perda é revertida através do próprio resultado.

No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, a evidência objetiva também inclui uma 'significativa' ou 'prolongada' baixa no valor justo do investimento abaixo do seu custo.

Quando há evidência de redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável do investimento previamente reconhecida no resultado) é revertida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais não são revertidas por meio do resultado e os aumentos no valor justo, após redução ao valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

As perdas com redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda estão detalhadas na nota nº 36.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**c) Empréstimos renegociados**

Quando possível, a CAIXA procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo.

Quando os prazos dos empréstimos são renegociados, qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação desses prazos.

A CAIXA revisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir o cumprimento dos critérios e realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva original do empréstimo.

**2.2.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo valor líquido se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

**2.2.10 Reconhecimento de receita e despesa**

A CAIXA elabora suas demonstrações financeiras segundo o regime de competência, com exceção das informações dos fluxos de caixa.

Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

**a) Receita e despesa de juros**

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da TJE considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, a opção de pré-pagamento) e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como 'Receitas com juros e similares'.

No entanto, para um ativo financeiro reclassificado (vide item nº 2.2.4 (j)) para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Quando houver redução no valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares, a receita de juros passa a ser reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros relacionados com a mensuração da referida perda.

### **b) Receita de taxas e comissões**

A CAIXA auferir receitas de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes, segregando-as nas seguintes categorias:

#### **Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período**

Apropriadas ao longo do mesmo período, essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado e outras taxas relacionadas ao crédito, bem como qualquer custo incremental, são diferidas e reconhecidas como ajustes à taxa efetiva do empréstimo.

Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso pelo método linear.

#### **Receita com taxas de serviços de transação prestados**

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos, ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término das transações que geraram as taxas.

Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com *performance* específica são reconhecidas depois de se cumprir o critério específico.

### **c) Receita de dividendos**

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas controladas, coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de acionistas.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**d) Receita líquida de negociação**

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros 'mantidos para negociação'.

**e) Programas de fidelidade**

Créditos de prêmios relacionados ao programa de fidelidade são contabilizados como um componente separado e identificável da transação em que o crédito foi cedido.

O valor justo da taxa ou anuidade recebida pela venda inicial é alocado entre os créditos do prêmio e os outros componentes da venda.

A receita gerada pelos programas de fidelidade é reconhecida em 'outras receitas operacionais'.

**2.2.11 Caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades)**

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras de alta liquidez consideradas como equivalentes de caixa são de baixa variação em seu valor justo e com vencimento em três meses ou menos.

**2.2.12 Ativos não correntes mantidos para venda**

São reconhecidos pelo menor dos valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nesta categoria, sendo o valor líquido de venda mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vendê-los.

Quando houver perda no valor recuperável de um ativo ou grupo de alienação, como resultado de uma redução em seu valor contábil para ajustar ao seu valor justo (menos os custos de venda), esta é reconhecida em provisão para desvalorização de outros ativos.

**2.2.13 Ativo imobilizado**

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, *hardware* de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

É contabilizado ao custo menos depreciação e perdas no valor recuperável dos ativos.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

<b>Classes do Imobilizado</b>	<b>Prazos de Depreciação</b>
Edificações	50 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão-de-obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

#### **2.2.14 Ativos intangíveis**

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

<b>Classes do Intangível</b>	<b>Prazos de Amortização</b>
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento <sup>1</sup>	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘Amortização ativo intangível’.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda no valor recuperável, sobre o valor contábil desses ativos, a débito da rubrica ‘perdas com outros ativos (líquidas)’, na demonstração consolidada do resultado.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

*Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

### **2.2.15 Benefícios pós-emprego**

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduzir a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações financeiras, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e,

10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pela IAS 19.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

### **2.2.16 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a CAIXA tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado, e exista probabilidade de que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação, desde que haja uma estimativa confiável do montante desta obrigação.

A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **2.2.17 Impostos**

#### **a) Imposto corrente**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pagos para o ente tributante.

As alíquotas de tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos devidos são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

#### **b) Imposto diferido**

É gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada elaboração do balanço e baixado na medida em que não seja mais provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização total ou parcial do ativo tributário diferido.

Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada elaboração do balanço e são reconhecidos na medida em que se torna provável que haja lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação dos ativos tributários diferidos.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos fiscais diferidos são determinados usando-se alíquotas do tributo (e leis tributárias) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo ativo fiscal diferido for realizado ou quando o passivo fiscal diferido for liquidado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os tributos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e cobrados pela mesma autoridade tributária.

### **2.2.18 Dividendos do controlador**

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido.

Em caso de proposta de pagamento de dividendos que exceda o mínimo obrigatório, a parcela excedente será mantida no patrimônio líquido, na subconta 'dividendos adicionais propostos', até a aprovação pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não sujeitos à decisão futura da CAIXA.

Dividendos do ano, aprovados depois da data de fechamento do balanço, são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

### **2.3 Julgamentos e estimativas contábeis significativas**

No processo de elaboração das demonstrações financeiras da CAIXA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mais relevantes:

#### **a) Valor justo dos instrumentos financeiros**

É o valor pelo qual os instrumentos financeiros podem ser comprados ou vendidos em uma operação corrente entre partes, cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais.

Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA calcula seu valor justo com base neste preço, utilizando a metodologia detalhada na nota nº 36.

Quando não houver preço de mercado disponível para um ativo ou passivo financeiros, a CAIXA estima seu valor justo com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros.

Neste método, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente usando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis em mercado observáveis.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos**

A CAIXA revisa seus empréstimos e adiantamentos a cada data de encerramento de exercício social para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, por meio de análises individuais e coletivas, conforme detalhado no item 2.2.8 (a).

Os empréstimos e adiantamentos individualmente relevantes são avaliados por meio de análise individual e as demais concessões de crédito são avaliadas coletivamente.

A avaliação coletiva é usada para determinar se uma provisão deve ser constituída para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos, referentes a empréstimos e adiantamentos que, individualmente, não foram considerados significativos.

Os empréstimos e adiantamentos submetidos à análise coletiva são agrupados por características de riscos semelhantes, com base nos dados cotados da carteira de crédito como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

A apuração das perdas com a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis é divulgada com mais detalhes na nota nº 33.

**c) Tributos diferidos**

São reconhecidos sobre diferenças temporárias apuradas, na data do balanço, entre os valores registrados nos ativos e passivos e o valor atribuído a cada ativo e passivo para fins tributários.

A CAIXA reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro relacionado com esses ativos fiscais diferidos.

Outros ativos fiscais diferidos, decorrentes de créditos e prejuízos fiscais a compensar, fundamentados na legislação tributária vigente, são reconhecidos apenas se for provável que a CAIXA terá lucro tributável futuro suficiente para sua utilização.

Estimativas e avaliações passíveis de julgamento são requeridas para determinar o montante de ativo fiscal diferido que deve ser reconhecido com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, tudo isso de forma coordenada com a gestão tributária empresarial.

Atualmente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos fundamenta-se em estudos técnicos e projeções de resultados futuros.

**d) Obrigações com planos de aposentadoria**

O custo de planos de aposentadoria do tipo benefício definido é determinado por meio de um método de valorização atuarial que usa pressupostos sobre as taxas de desconto, taxas esperadas de retorno dos ativos, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensão, conforme detalhado na nota nº 20.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido à natureza de longo prazo desses planos, tais estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

### **e) Vida útil de imobilizado e intangível**

Em dezembro de 2008, a CAIXA passou a depreciar seu ativo imobilizado observando a alteração realizada na vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos. A vida útil estimada para os sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados, e móveis e equipamentos é de 10, 5 e 10 anos, respectivamente. No mesmo ano, passou-se a realizar testes para determinar o valor recuperável destes ativos.

Os intangíveis com vida útil finita são amortizados durante o referido período, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a reavaliações anuais (testes de redução ao valor recuperável) ou sempre que houver qualquer indicativo de deterioração de seu valor.

### **f) Provisão para contingências**

A provisão para passivos contingentes é contabilizada somente para aqueles processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja avaliação realizada pelos assessores jurídicos considera como prováveis que eventuais decisões judiciais sejam desfavoráveis à CAIXA.

### **g) Perdas com redução ao valor recuperável de ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

## **2.4 Mudanças nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2009 a data de adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

### **2.4.1 Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes**

Houve melhorias ao IFRS cujas alterações resultam em mudanças contábeis para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração.

A maioria dessas alterações tornou-se efetiva a partir de 1º de janeiro de 2010.

As alterações no IFRS 2 – Pagamento baseado em ações e IFRIC 17 – Distribuições a proprietários de ativos que não envolvem caixa, não são aplicáveis à CAIXA.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As normas e interpretações abaixo alteradas ou revisadas foram adotadas parcialmente pela CAIXA em 2010.

<b>Norma / Interpretação</b>	<b>Descrição</b>
Alteração do IAS 38 – Ativos Intangíveis	Descreve técnicas de valorização normalmente usadas por entidades quando da mensuração do valor justo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, não negociados em mercado ativo.
Revisão do IFRS 3 – Combinações de Negócios	Juntamente com a alteração do IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, que introduzem modificações significativas em diversos aspectos relacionados à contabilização de combinações de negócios e cujas aplicações são prospectivas.
IFRIC 18 - Transferência de ativos de clientes	Esta interpretação orienta para a contabilização por beneficiário para transferência de imobilizado dos clientes e conclui que quando o item imobilizado transferido se enquadra na definição de um ativo da perspectiva do beneficiário, o beneficiário precisa reconhecer o ativo ao valor justo na data da transferência, com o crédito reconhecido como receita de acordo como o IAS 18.

As seguintes normas e interpretações emitidas ou alteradas entrarão em vigor depois 31 de dezembro de 2010, quando da autorização do órgão regulador, e não terão efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas, exceto quanto às mudanças previstas no IFRS 9.

<b>Norma / Interpretação</b>	<b>Descrição</b>
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras	A alteração esclarece quanto à apresentação de uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente de patrimônio, seja na DMPL ou em notas explicativas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Esclarece que a atualização feita no IAS 27 com reflexos no IAS 21, IAS 28 e IAS 31 aplica-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, com exceção do parágrafo 35 do IAS 28 e parágrafo 46 do IAS 31 cuja aplicação dá-se retrospectivamente.
IAS 32 – Classificação dos Direitos de Ações	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, desde que a oferta seja feita de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital, que não seja derivativo.
IAS 34 – Demonstração Intermediária	Orienta quanto à aplicação dos princípios de divulgação do IAS 34 acerca de fatores que podem afetar a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e sua classificação, mudanças na classificação de instrumentos financeiros, entre outros.
IAS 39 – Instrumentos Financeiros	A alteração teve reflexo sobre Itens de Hedge elegíveis no sentido de esclarecer como determinar qual parte pode ser designada como hedge relacionado a inflação e a opções.
IFRS 1 – Primeira adoção	Oferece para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Norma / Interpretação</b>	<b>Descrição</b>
IFRS 3 – Combinações de Negócios	A alteração esclarece que a opção de mensurar participações não-controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos identificáveis líquidos aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos outros componentes de juros de acionistas não controladores deve ser mensurado ao valor justo, a menos que outra base de mensuração seja requerida pelo IFRS. Outro ponto orienta quanto ao pagamento de prêmio baseado em ações não substituível ou substituível voluntariamente.
IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros	A alteração fornece esclarecimentos para incentivar divulgações qualitativas e quantitativas no auxílio aos usuários quanto a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	O IFRS 9 representa um projeto que tem por finalidade substituir o IAS 39 de forma a mensurar todos os ativos financeiros pelo custo amortizado ou pelo valor justo. A segunda parte do projeto tem o objetivo de aprimorar a qualidade das informações disponibilizadas nas demonstrações financeiras para o usuário final, mediante maior transparência dos modelos de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Há ainda outra alteração em audiência pública que trata de <i>Hedge Accounting</i> e da baixa de ativos e passivos.
IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes	Trata sobre o valor justo do crédito concedido de forma a observar: o valor dos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos clientes que não tiveram crédito concedido numa venda inicial; e quaisquer cancelamentos esperados.
IFRIC 14 – Limite de um Ativo de Benefício Definido	Esta interpretação trata de questões acerca de: quando refinanciamentos ou reduções em contribuições futuras devem ser considerados, de acordo com o parágrafo 58 do IAS 19; como um requerimento mínimo de contribuição pode afetar a disponibilidade de reduções em contribuições futuras; e quando um requerimento mínimo de contribuição pode resultar na geração de um passivo.

**Nota 3 Disponibilidades e reservas no Banco Central**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Caixa	3.454.218	3.204.048	2.594.949
Disponibilidade em moeda estrangeira	36.775	30.655	37.692
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	156.494	130.445	131.410
Depósitos junto ao Banco Central <sup>1</sup>	53.927.391	25.039.766	20.855.199
<b>Total</b>	<b>57.574.878</b>	<b>28.404.914</b>	<b>23.619.250</b>

(1) Representam o saldo dos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central. São calculados com base em percentual de depósitos recebidos de terceiros e considerados como recurso de uso restrito. Rendem atualização monetária com base em índices oficiais de juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Caixa	3.454.218	3.204.048	2.594.949
Disponibilidade em moeda estrangeira	36.775	30.655	37.692
Aplicações em operações compromissadas	12.005.555	29.336.350	30.551.684
<b>Total</b>	<b>15.496.548</b>	<b>32.571.053</b>	<b>33.184.325</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### **Nota 4 Empréstimos e recebíveis**

##### **4.1 Com instituições financeiras**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Depósitos interfinanceiros	201.687	92.335	2.433.015
Operações compromissadas	12.005.555	29.336.350	30.551.684
Direitos a receber de operação de cessão de crédito	7.590	11.136	-
Devedores por depósitos em garantia	8.514.616	3.943.556	3.406.215
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.729.448</b>	<b>33.383.377</b>	<b>36.390.914</b>

##### **4.2 Com clientes**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Empréstimos e títulos descontados	48.822.728	41.115.439	25.818.148
Financiamentos	10.685.568	7.459.120	5.186.223
Financiamentos Imobiliários	108.306.707	70.496.901	45.083.335
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	11.457.324	8.273.198	5.445.102
Outros ativos	2.106.128	1.530.630	1.260.100
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	(5.377.045)	(4.461.355)	(2.936.360)
<b>Total</b>	<b>176.001.410</b>	<b>124.413.933</b>	<b>79.856.548</b>

##### **4.3 Outros**

Inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS no montante de R\$ 23.734.553 (2009 – R\$ 27.658.844). Atualmente esses contratos rendem juros de 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da taxa referencial de juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

Em dezembro de 2010 foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R\$ 5.493.700, sendo R\$ 3.546.063 recebidos em títulos CVS.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
SFH – Sistema Financeiro Habitação	23.900.459	27.820.804	26.617.640
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	(2.913.331)	(3.250.597)	(3.472.447)
<b>Total</b>	<b>20.987.128</b>	<b>24.570.207</b>	<b>23.145.193</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados dos créditos junto ao FCVS para enquadramento a tais normas e procedimentos. Com base em estudos estatísticos estabeleceu critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. Segue detalhamento dessas provisões:

Situação dos contratos	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.557.588	(447.211)	2.577.827	(552.859)	2.486.506	(301.991)
Habilitados e não homologados (ii)	5.529.138	(1.999.363)	5.215.350	(1.990.401)	5.505.159	(2.431.391)
Habilitados e homologados (iii)	15.647.827	(466.757)	19.865.667	(707.337)	18.459.746	(739.065)
<b>Total</b>	<b>23.734.553</b>	<b>(2.913.331)</b>	<b>27.658.844</b>	<b>(3.250.597)</b>	<b>26.451.411</b>	<b>(3.472.447)</b>

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para a sua realização

**Nota 5 Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas**

Operações Compromissadas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Ativos</b>	<b>12.005.555</b>	<b>29.336.351</b>	<b>30.551.684</b>
Operações ativas com instituições financeiras	12.005.555	29.336.351	30.551.684
<b>Passivos</b>	<b>45.210.885</b>	<b>64.288.790</b>	<b>51.202.769</b>
Operações passivas com instituições financeiras	11.544.676	19.417.918	10.520.971
Operações passivas com fundos de investimento	21.836.691	34.557.858	40.672.541
Outras operações com clientes	11.829.518	10.313.014	9.257

**Garantias dadas**

O saldo contábil em operações compromissadas de venda com recompra, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 45,211 bilhões (2009 - R\$ 64,289 bilhões), dos quais R\$ 34,685 bilhões (2009 -R\$ 35,700 bilhões) se referem à carteira própria.

A contraparte terá a propriedade dos títulos dados em garantia caso a CAIXA não efetue a recompra na data contratada.

**Garantias recebidas**

O saldo contábil em operações compromissadas de compra com revenda , em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 12 bilhões (2009 - R\$ 29 bilhões).

A CAIXA terá a propriedade dos títulos dados em garantia, caso a contraparte não efetue a recompra na data contratada.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 6 Instrumentos financeiros derivativos**

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos junto com seus respectivos valores nominais.

O valor nominal é o valor de referência do ativo que representa o derivativo, taxa de referência ou índice e é a base pelas quais as variações do valor dos derivativos são mensuradas.

O valor nominal, embora indique as transações em aberto na data do balanço, não informa sobre o risco de mercado ou de crédito.

Descrição	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	A receber <sup>1</sup>	A pagar <sup>1</sup>	Valor Referencial	A receber <sup>1</sup>	A pagar <sup>1</sup>	Valor Referencial	A receber <sup>1</sup>	A pagar <sup>1</sup>	Valor Referencial
Contratos de Swaps	1	1.760	19.140.129	396	1.015	30.898.288	111	7.437	15.325.330

1 Valores marcados a mercado.

Os montantes pagos diariamente pela liquidação dos ajustes aos contratos futuros corresponderam a R\$ 557.610 (2009 - R\$ 1.810). Os montantes recebidos foram de R\$ 443.561 (2009 - R\$ 1.410).

**Derivativos mantidos para negociação**

Na data inicial, os derivativos envolvem apenas uma promessa mútua com pouca ou nenhuma transferência de caixa. Porém, esses instrumentos envolvem frequentemente um nível de alavancagem e são voláteis.

A CAIXA negocia todos os seus contratos de derivativos através da BM&FBovespa e não negociou contratos desse tipo em mercado de balcão, reduzindo assim os riscos associados à falta de mercado ativo para liquidação de posições em aberto.

A exposição a esses contratos de derivativos é cuidadosamente monitorada como parte da política de gestão de risco de mercado da CAIXA.

**Margem de Garantia**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto.

A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Títulos Públicos</b>	<b>314.168</b>	<b>345.618</b>	<b>879.875</b>
Letras Financeiras do Tesouro	3.685	345.618	879.875
Letras do Tesouro Nacional	9.739	-	-
Notas do Tesouro Nacional	300.744	-	-



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Futuros**

Contratos de Futuros são acordos contratuais para comprar ou vender um instrumento financeiro a um preço em um momento específico no futuro. Esses contratos são negociados por montante padrão em um mercado regulamentado e são sujeitos a requerimentos diários de margem em caixa.

**Swaps**

Swaps são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores nominais específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado como, por exemplo, taxa de juros ou variação cambial.

**Derivativos mantidos com propósito de *hedge* e negociação**

A CAIXA se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito de *hedge*, a fim de reduzir sua exposição ao risco de mercado e liquidez.

Apesar da manutenção desses instrumentos com propósito de *hedge* financeiro, a CAIXA não aplica o conceito de '*hedge accounting*' ou *hedge* contábil no reconhecimento dessas operações de proteção.

Outras atividades de negociação de derivativos são associadas a acordos com clientes, que são normalmente eliminadas por transações com contrapartes.

**Nota 7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Ativos Financeiros mantidos para negociação (1)</b>	<b>37.511.689</b>	<b>46.099.729</b>	<b>36.397.592</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>37.450.402</b>	<b>46.044.969</b>	<b>36.386.170</b>
Letras Financeiras do Tesouro	7.128.237	7.197.314	9.033.735
Letras do Tesouro Nacional	22.124.836	18.138.673	11.847.602
Notas do Tesouro Nacional	8.197.329	20.708.982	15.504.833
<b>Títulos privados</b>	<b>61.287</b>	<b>54.760</b>	<b>11.422</b>
Debêntures	43.768	40.245	-
Cotas de fundos	17.519	14.515	11.422
<b>Ativos Financeiros mantidos para negociação dados em garantia (2)</b>	<b>13.585</b>	<b>345.853</b>	<b>-</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>13.585</b>	<b>345.853</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional	9.739	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.846	345.853	-
<b>Ativos Designados ao Valor Justo (3)</b>	<b>5.493.604</b>	<b>10.423.067</b>	<b>9.478.660</b>
<b>Títulos públicos – Brasil</b>	<b>5.493.604</b>	<b>10.423.067</b>	<b>9.478.660</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.493.604	10.423.067	9.478.660
<b>Total (1+2+3)</b>	<b>43.018.878</b>	<b>56.868.649</b>	<b>45.876.252</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 Investimentos financeiros – Títulos e Valores Mobiliários**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/12/2009</b>
<b>Ativos Financeiros disponíveis para venda (1)</b>	<b>2.031.072</b>	<b>4.507.128</b>	<b>18.938.962</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>566.900</b>	<b>3.715.871</b>	<b>18.379.096</b>
Letras Financeiras do Tesouro	211.313	260.053	297.827
Letras do Tesouro Nacional	-	-	2.526.230
Notas do Tesouro Nacional	5.054	207.829	10.505.095
Certificado Financeiro do Tesouro	64.318	57.369	55.997
Títulos CVS	140.131	2.698.868	4.570.347
Títulos da dívida agrária	266	260	242
Outros	145.818	491.492	423.358
<b>Títulos privados</b>	<b>1.464.172</b>	<b>791.257</b>	<b>559.866</b>
Ações	241.295	270.731	97.643
Debêntures	308.118	371.913	385.971
Notas Promissórias	723.967	-	-
Cotas de fundos	69.496	8.628	787
Certificados de Recebíveis Imobiliários	64.235	69.303	70.963
Outros	57.061	70.682	4.502
<b>Ativos Financeiros mantidos até o vencimento (2)</b>	<b>63.498.658</b>	<b>56.846.949</b>	<b>53.648.809</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>63.498.658</b>	<b>56.544.259</b>	<b>52.676.041</b>
Letras do Tesouro Nacional	9.683.463	8.792.352	265.961
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	10.970.073
Notas do Tesouro Nacional	53.815.195	47.751.907	41.440.007
<b>Títulos privados</b>	<b>-</b>	<b>302.690</b>	<b>972.768</b>
Notas Promissórias	-	302.690	972.768
<b>Ativos Financeiros disponíveis para venda dados em garantia (3)</b>	<b>1.142</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.142	-	-
<b>Ativos Financeiros mantidos até o vencimento dados em garantia (4)</b>	<b>299.601</b>	<b>-</b>	<b>935.674</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	935.674
Notas do Tesouro Nacional	299.601	-	-
<b>Total (1+2+3+4)</b>	<b>65.830.473</b>	<b>61.354.077</b>	<b>73.523.445</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 9 Ativos não correntes mantidos para venda**

Os ativos não correntes são classificados como mantidos para venda quando é altamente provável que a venda ocorra em até um ano desta classificação.

Este grupo de ativos inclui, principalmente, imóveis adjudicados oriundos de financiamentos habitacionais, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA.

Descrição	Bens não de uso
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>778.539</b>
Adições (alienações) líquidas	115.640
Provisão para desvalorização	(174.678)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>719.501</b>
Adições (alienações) líquidas	121.151
Provisão para desvalorização	(148.527)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>692.125</b>

**Nota 10 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

A CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A., subsidiária integral da CAIXA, detém participações em empresas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme demonstra o quadro abaixo:

Descrição	Participação CAIXA %	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Resultado de Equivalência Patrimonial	
					2010	2009
Caixa Seguros <sup>(2)</sup>	48	1.201.979	1.074.136	787.011	392.607	316.473
Banco Panamericano S/A <sup>(3)</sup>	35	780.848	739.272	-	35.192	-
Cibrasec <sup>(1) (2)</sup>	9	6.648	6.356	6.504	291	381
Investimentos no Exterior	15	849	1.233	8.850	(257)	554
<b>Total</b>		<b>1.990.324</b>	<b>1.820.997</b>	<b>802.365</b>	<b>427.833</b>	<b>317.408</b>

(1) A CAIXA transferiu o investimento da Cia Brasileira de Securitização (Cibrasec) para a Caixa Participações S.A., subsidiária integral, em Janeiro/2010.

(2) A CAIXA presumiu influência significativa sobre essa participação, que foi comprovada devido à representação da CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A no Conselho de Administração da investida e à participação no processo de elaboração de políticas.

(3) A cotação das ações preferenciais do Banco Panamericano era de R\$ 4,05 em 30/12/2010 (R\$ 10,55 em 30/12/2009). As ações ordinárias não são negociadas na BM&F BOVESPA e por esse motivo não apresentam cotação nos períodos indicados.

Em dezembro/2009, foi celebrado entre a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda. contrato de compra e venda de ações, aprovado pelo Banco Central em julho/2010 no valor de R\$ 739.272 para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., representado por 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49%



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Em 2009, foram pagos R\$ 517.491 e, em 2010, R\$ 221.781.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano S.A. foi realizada por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, em 19 de julho de 2010, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação, a CAIXAPAR concluiu a operação de compra com o pagamento do valor residual de R\$ 234.215. Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria Colegiada de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano S.A. com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

O Banco Central, em 4 de novembro de 2010, cientificou e alertou o Banco Panamericano S.A., por meio do Termo de Comparecimento Desup/GTSP4 – 2010/0003, o comprometimento da situação econômico-financeira do Conglomerado Panamericano evidenciado após ajustes da fiscalização com consequente descumprimento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cuja observância é condição indispensável para o funcionamento das instituições, nos termos do art. 10 da Resolução 3.398, de 29 de agosto de 2006. Assim sendo, o Banco Central determinou a implementação de plano de regularização de modo a promover o referido reequilíbrio patrimonial do Conglomerado.

Visando assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco Panamericano, em virtude de terem sido constatadas inconsistências contábeis que não permitem que as demonstrações contábeis reflitam a real situação patrimonial da entidade, o Grupo Sílvio Santos, em 5 de novembro de 2010, na qualidade de principal acionista controlador do Banco Panamericano S.A. decidiu aportar na conta “Depósito de Acionista”, o valor de R\$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC – Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo.

O referido aporte de recursos teve o objetivo de suportar eventuais ajustes, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio líquido da instituição identificados até aquele momento.

Em 26 de novembro de 2010, os acionistas do Banco Panamericano S.A. nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, passando a ter 11 integrantes, tendo como presidente a presidenta da CAIXA e como vice-presidente um representante indicado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Adicionalmente, com a implantação do acordo entre os acionistas, a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco Panamericano S.A..

A CAIXA não possui as informações necessárias para refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento no Banco Panamericano S.A., decorrentes de: (i) os efeitos originados da diferença entre o custo do investimento e a parcela do investidor do valor justo líquido de ativos e passivos identificáveis da investida, (ii) a uniformização das políticas contábeis da investida, e (iii) o teste quanto à redução no valor recuperável do investimento, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:

Variações	31/12/2010	31/12/2009
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.820.997</b>	<b>802.365</b>
Ajuste de dividendos propostos em 2009	(166.523)	-
Ajuste de equivalência em dezembro de 2009	6.388	-
Aquisição de investimentos	-	739.272
Reduções de capital e alienações	-	(4.605)
Efeito da equivalência patrimonial	427.833	317.408
Dividendos pagos	(91.797)	(45.040)
Outras	(6.574)	11.597
<b>Saldo Final</b>	<b>1.990.324</b>	<b>1.820.997</b>

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das investidas:

Parcela registrada no balanço patrimonial:	Caixa Seguros		CIBRASEC		Banco Panamericano <sup>(1)</sup>	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	30/11/2010
Ativo	5.807.459	17.737.137	3.602.325	3.471.348	13.174.533	13.081.899
Passivo	3.256.811	15.508.943	3.529.194	3.399.495	13.155.383	12.929.137
Receita	2.933.345	7.570.642	335.031	331.845	307.391	-
Lucro (prejuízo) no exercício	889.502	759.864	1.277	6.116	(133.617)	-

(1) Devido a ajustes nas bases contábeis, provocados por fato relevante amplamente divulgado no mercado, e conforme notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. em 31/12/2010, o balanço comparativo usado é o Balanço de Abertura em 30/11/2010.

## Nota 11 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado da CAIXA corresponde aos bens móveis e imóveis para uso próprio.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro, durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

<b>Movimentação</b>	<b>Terrenos e edificações</b>	<b>Hardwares e computadores</b>	<b>Outros Móveis e Equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>				
Custo	1.149.856	1.954.349	659.505	3.763.710
Depreciação acumulada	(125.743)	(1.448.914)	(467.945)	(2.042.602)
Saldo contábil líquido	1.024.113	505.435	191.560	1.721.108
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Saldo inicial	1.024.113	505.435	191.560	1.721.108
Aquisições/baixas (líquido)	(17.442)	389.879	174.199	546.636
Depreciação	(58.105)	(237.028)	(97.866)	(392.999)
Saldo contábil líquido	948.566	658.286	267.893	1.874.745
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Custo	1.132.414	2.344.228	833.704	4.310.346
Depreciação acumulada	(183.848)	(1.685.942)	(565.811)	(2.435.601)
Saldo contábil líquido	948.566	658.286	267.893	1.874.745
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Saldo inicial	948.566	658.286	267.893	1.874.745
Aquisições/baixas (líquido)	95.271	244.686	173.385	513.342
Depreciação	(57.087)	(247.332)	(85.212)	(389.631)
Saldo contábil líquido	986.750	655.640	356.066	1.998.456
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Custo	1.227.685	2.588.914	1.007.089	4.823.688
Depreciação acumulada	(240.935)	(1.933.274)	(651.023)	(2.825.232)
Saldo contábil líquido	986.750	655.640	356.066	1.998.456

As despesas de depreciação foram contabilizadas em 'depreciação ativo imobilizado' na demonstração consolidada de resultado.

## **Nota 12 Ativo intangível**

Os ativos intangíveis representam a carteira de clientes, que surgem de aquisições de direitos de exclusividade na prestação de serviços bancários garantidos por meio de contratos de parceria com entidades jurídicas dos setores público e privado (aquisição de folha de pagamento), *softwares* de computadores adquiridos de terceiros (projetos logiciais – *software*) e captação de depósitos judiciais.

### **Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Os contratos que apresentaram indicativos de perda do valor recuperável foram provisionados e os que apresentaram recuperação do valor anteriormente provisionados foram



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ajustados apresentando, no montante, recuperação no valor provisionado em períodos anteriores.

Todos os ativos intangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras possuem vida útil definida.

<b>Movimentação</b>	<b>Softwares adquiridos</b>	<b>Aquisição de folha de pagamento</b>	<b>Negociação com Poder Judiciário</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>				
Custo	147.569	598.194	-	745.763
Amortização e perda do valor recuperável acumulados	(66.006)	(109.248)	-	(175.254)
Saldo contábil líquido	81.563	488.946	-	570.509
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Saldo inicial	81.563	488.946	-	570.509
Aquisições/baixas (líquido)	19.471	384.964	-	404.435
Amortização	(30.640)	(126.136)	-	(156.776)
Perda do valor recuperável (recuperação)		17.573	-	17.573
Saldo contábil líquido	70.394	765.347	-	835.741
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>				
Custo	167.040	983.158	-	1.150.198
Amortização e perda do valor recuperável acumulados	(96.646)	(217.811)		(314.457)
Saldo contábil líquido	70.394	765.347	-	835.741
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Saldo inicial	70.394	765.347	-	835.741
Aquisições/baixas (líquido)	48.190	325.018	324.200	697.408
Amortização	(34.035)	(217.089)	(156)	(251.280)
Perda do valor recuperável (recuperação)		3.472		3.472
Saldo contábil líquido	84.549	876.748	324.044	1.285.341
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>				
Custo	215.230	1.308.176	324.200	1.847.606
Amortização e perda do valor recuperável acumulados	(130.681)	(431.428)	(156)	(562.265)
Saldo contábil líquido	84.549	876.748	324.044	1.285.341



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 13 Ativo fiscal diferido**

**Origem do ativo fiscal diferido**

Descrição	31/12/2010			31/12/2009		01/01/2009	
	IRPJ	CSLL	PASEP/COFINS	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.390.128	859.381	-	1.169.792	722.161	1.127.157	695.467
Provisão SFH	728.333	437.000	-	812.649	487.590	868.112	520.867
Provisão para contingências	1.735.786	1.041.471	-	1.582.880	949.728	1.320.826	792.495
Outros	935.733	467.227	-	761.753	366.804	808.654	396.250
Provisão Saúde CAIXA - NPC 26	1.292.399	775.439	-	1.191.512	714.907	1.058.621	635.172
Ajuste a Valor de Mercado - Resultado	130.851	78.511	1.955	172.093	103.256	575.647	345.388
Ajuste a Valor de Mercado – PL	82.482	49.490	14.026	126.904	76.142	-	-
Ajuste IFRS	162.359	97.415	-	145.987	87.592	129.366	77.621
<b>Subtotal das diferenças temporárias</b>	<b>6.458.071</b>	<b>3.805.934</b>	<b>15.981</b>	<b>5.963.570</b>	<b>3.508.180</b>	<b>5.888.383</b>	<b>3.463.260</b>
Prejuízo fiscal	2.973.569	-	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(731.988)	-	-	(686.537)	-	(641.415)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(300.913)	-	-	(273.639)	-	(246.118)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(210.639)	-	-	(191.547)	-	(172.282)
<b>Total dos créditos tributários de IRPJ/CSLL</b>	<b>8.699.652</b>	<b>4.620.036</b>		<b>8.250.603</b>	<b>4.368.648</b>	<b>8.220.538</b>	<b>4.370.514</b>
<b>Total dos créditos tributários de PASEP/COFINS</b>	-	-	<b>15.981</b>	-	-	-	-
<b>Total dos créditos tributários com provisão</b>	<b>(3.300.558)</b>	<b>(1.443.547)</b>	-	<b>(3.489.448)</b>	<b>(1.732.923)</b>	<b>(3.316.564)</b>	<b>(1.689.851)</b>
- Diferença Temporária	(2.393.478)	(1.443.547)	-	(2.956.867)	(1.732.923)	(2.932.700)	(1.689.851)
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(907.080)	-	-	(532.581)	-	(383.864)	-
<b>Total dos créditos tributários líquidos de provisão</b>	<b>5.399.094</b>	<b>3.176.489</b>	<b>15.981</b>	<b>4.761.155</b>	<b>2.635.725</b>	<b>4.903.974</b>	<b>2.680.663</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Conciliação do ativo fiscal diferido**

Ativo Fiscal Diferido	Provisões	PDD	Prejuízos Fiscais	Base Negativa CSLL	Ajuste a valor de mercado	Outros	Total dos Ativos	Total da provisão no AFD	Total do Ativo líquido de provisão
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	6.607.982	1.822.625	2.332.155	907.253	921.036		<b>12.591.051</b>	<b>(5.006.415)</b>	<b>7.584.636</b>
Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	493.421	69.329	(45.122)	(46.786)	(99.660)		371.182		
Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio					(342.982)		(342.982)		
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	7.101.403	1.891.954	2.287.033	860.467	478.394		<b>12.619.251</b>	<b>(5.222.371)</b>	<b>7.396.880</b>
(Creditado) debitado à Demonstração do Resultado	571.759	357.555	(45.452)	(46.365)	(82.811)	1.957	756.643		
Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio					(54.249)	14.025	(40.224)		
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	7.673.162	2.249.509	2.241.581	814.102	341.334	15.982	<b>13.335.670</b>	<b>(4.744.106)</b>	<b>8.591.564</b>

Para conciliação dos saldos acima demonstrados com o Balanço patrimonial há que se considerar o montante do ajuste de consolidação CAIXAPAR que corresponde a R\$ 7,7 (em milhares).



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Efeitos fiscais dos ajustes IFRS**

Ajustes no ativo fiscal diferido	Impacto tributário		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Saldo inicial – BRGAAP</b>	<b>11.191.118</b>	<b>9.037.238</b>	<b>8.220.642</b>
Reclassificação de carteira TVM	11.327	203.046	546.027
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>	<b>11.327</b>	<b>203.046</b>	<b>546.027</b>
Reversão PDD/Prejuízo - Critérios IFRS	(2.870.710)	(2.076.995)	(1.389.019)
Diferimento de Receitas - Taxa de Juros Efetiva	113.815	96.535	53.819
Provisão renegociações de operações de crédito	63.534	14.244	11.268
Baixa do Ativo Diferido	58.991	91.853	111.927
Rendas de operações de crédito - Critério Default IFRS	23.435	20.190	16.052
Provisão de obrigações com programa de pontos Cartão de Crédito	-	10.756	13.920
Marcação a mercado de derivativos	46	13	-
Ajuste de consolidação	8	-	-
<b>Impacto no resultado</b>	<b>(2.610.881)</b>	<b>(1.843.404)</b>	<b>(1.182.033)</b>
<b>Total</b>	<b>8.591.564</b>	<b>7.396.880</b>	<b>7.584.636</b>

**Nota 14 Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dividendos antecipados	1.698.339	517.756	1.573.488
Antecipação das contribuições ordinárias ao FGC	512.962	674.178	850.051
Pagamentos a ressarcir	405.454	90.503	15.002
Adiantamentos concedidos	236.175	196.968	179.013
Impostos a compensar	216.061	373.439	248.578
Outras despesas antecipadas	44.018	59.542	279
<b>Total</b>	<b>3.113.009</b>	<b>1.912.386</b>	<b>2.866.411</b>

**Nota 15 Outros ativos**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Câmbio	28.055	-	12.497
Devedores diversos no País	3.029.799	887.222	745.333
Relações de interdependência	105.508	36.045	173.133
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	115.852	94.733	220.710
Material em estoque	33.835	29.021	22.403
Outros	83	522	60
<b>Total</b>	<b>3.313.132</b>	<b>1.047.543</b>	<b>1.174.136</b>

**Nota 16 Depósitos**

**16.1 Depósitos de instituições financeiras**

Os depósitos em instituições financeiras são mensurados ao custo amortizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Depósitos à vista	17.678	14.870	14.825
Depósitos Interfinanceiros	1.206.670	29.111	11.182
<b>Total</b>	<b>1.224.348</b>	<b>43.981</b>	<b>26.007</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16.2 Depósitos de clientes**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Pessoa Jurídica (1)</b>	<b>70.530.780</b>	<b>56.724.979</b>	<b>63.211.682</b>
<b>Sem remuneração</b>	<b>11.870.325</b>	<b>10.549.499</b>	<b>8.294.041</b>
Depósitos à vista	11.674.733	10.412.798	8.158.215
Depósitos Especiais	143.382	98.266	80.135
Outros Depósitos	52.210	38.435	55.691
<b>Remuneração pré-fixada</b>	<b>1.160.539</b>	<b>1.080.761</b>	<b>1.023.973</b>
Depósitos a prazo	871.330	783.444	719.315
Depósitos Especiais	289.209	297.317	304.658
<b>Remuneração pós-fixada</b>	<b>57.499.916</b>	<b>45.094.719</b>	<b>53.893.668</b>
Depósitos de poupança	2.310.186	1.433.057	804.234
Depósitos a prazo	44.821.248	32.586.697	42.466.396
Depósitos Especiais	10.161.685	10.916.833	10.623.038
Outros Depósitos	206.797	158.132	-
<b>Pessoa Física (2)</b>	<b>143.633.964</b>	<b>124.058.878</b>	<b>102.290.114</b>
<b>Sem remuneração</b>	<b>7.999.671</b>	<b>6.363.672</b>	<b>5.104.525</b>
Depósitos à vista	7.932.200	6.281.766	5.034.127
Outros Depósitos	67.471	81.906	70.398
<b>Remuneração pré-fixada</b>	<b>87.870</b>	<b>116.278</b>	<b>112.026</b>
Depósitos a prazo	87.870	116.278	112.026
<b>Remuneração pós-fixada</b>	<b>135.546.423</b>	<b>117.578.928</b>	<b>97.073.563</b>
Depósitos de poupança	127.119.449	107.276.585	91.745.313
Depósitos a prazo	8.426.964	10.302.333	5.328.239
Depósitos Especiais	10	10	11
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>214.164.744</b>	<b>180.783.857</b>	<b>165.501.796</b>

**Nota 17 Recursos para destinação específica**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Operações com loterias	920.316	767.888	345.200
Fundos e programas sociais	2.978.609	2.392.444	3.182.721
Fundos de financiamento e desenvolvimento	937.561	949.679	1.065.739
Recursos do FGTS para amortizações	88.982	49.931	2.815
<b>Total</b>	<b>4.925.468</b>	<b>4.159.942</b>	<b>4.596.475</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 18 Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas**

Instrumentos de Dívida	Indexador	Taxa efetiva de juros	Valor contábil líquido		
		2010	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Títulos de dívida não subordinada</b>			<b>11.315.520</b>	<b>2.475.441</b>	<b>1.516.864</b>
LH	IGPM	10,99% a.a	513.211	461.613	469.235
LH	INPC	11,20% a.a	10.705	10.072	9.672
LH	TR	6,14% a.a	35.012	41.843	120.245
LCI	IGPM	10,98 % a.a	46.724	42.014	42.724
LCI	INPC	11% a.a	35.111	33.043	31.773
LCI	TR	86,2% CDI	8.919.778	1.886.856	843.215
LCI	CDI	88,25%	6.068	-	-
LF	CDI	103,50%	1.748.911	-	-
<b>Títulos de dívida subordinada</b>			<b>5.089.201</b>	<b>4.750.992</b>	<b>4.433.719</b>
Dívida Subordinada	-	6,3% a.a	5.089.201	4.750.992	4.433.719
<b>Outros Instrumentos de dívida</b>			<b>13.016.150</b>	<b>7.966.846</b>	<b>5.688.012</b>
Instrumentos híbridos de dívida elegíveis a capital	IPCA	-	13.016.150	7.966.846	5.688.012
<b>Total</b>			<b>29.420.870</b>	<b>15.193.279</b>	<b>11.638.595</b>

**Dívidas subordinadas elegíveis a capital**

Em 11 de outubro de 2005, nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, a CAIXA converteu em dívida subordinada, com aprovação do BACEN, a parte dos empréstimos da CAIXA junto ao FGTS usada no cálculo dos limites de Basileia.

O retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013, com prazo de carência para pagamento de 88 meses (até 20 de fevereiro de 2013), podendo este prazo ser prorrogado automaticamente em caso de desenquadramento do limite de capital mínimo exigido, de acordo com a legislação vigente.

Durante o período de carência ou de desenquadramento incidirão atualização monetária e juros sobre o valor total da dívida equivalentes à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

**Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital**

A Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/07, autorizou a União a conceder crédito para a CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/07, com objetivo de ampliar seus limites operacionais.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A concessão do crédito foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007.

O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento, sendo os juros incorporados mensalmente ao saldo devedor e pagos anualmente, de acordo com as premissas do contrato, atualizados pela variação do IPCA.

A taxa de juros a ser aplicada será a taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos, negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada parcela, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida.

Em 13 de outubro de 2009 a União concedeu novo crédito à CAIXA, autorizado por meio da Medida Provisória nº 470, no montante de até R\$ 5.999.999.

Segue abaixo quadro contendo os valores, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	2.000.400
Atual. monet. e juros - Med. prov. nº 347/07	1.082.067	766.446
Atual. monet. e juros - Med. prov. nº 470/09	734.083	-
<b>Total</b>	<b>13.016.149</b>	<b>7.966.846</b>

**Nota 19 Obrigações por empréstimos e repasses**

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>89.380</b>	<b>9.524</b>	<b>16.974</b>
<b>Empréstimos no país</b>	<b>61.010.973</b>	<b>41.109.980</b>	<b>29.120.527</b>
FGTS	54.172.590	37.857.482	-
BNDES	6.002.181	2.467.753	1.377.309
Tesouro Nacional – PIS	617.133	567.701	590.816
Outras instituições	219.069	217.044	27.152.402
<b>Total</b>	<b>61.100.353</b>	<b>41.119.504</b>	<b>29.137.501</b>

**Empréstimos no exterior**

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos à variação cambial da moeda a que estão vinculados e a juros de até 3,00% ao ano.

Substancialmente, as operações da CAIXA estão vinculadas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Empréstimos no país**

Compostos principalmente por recursos repassados pelo FGTS, com atualização monetária pela variação da taxa referencial (TR) e incidência de juros médios de 6,17% ao ano, destinam-se à aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

**Nota 20 Benefícios a empregados**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio e abono assiduidade.

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF).

A CAIXA administra os benefícios pós-emprego, Auxílio Pecúlio, Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos (EX-PREHVAB).

O Saúde CAIXA, programa instituído sob a modalidade de autogestão tem por finalidade proporcionar o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais aos empregados, aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREHVAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes.

O Programa de Assistência Médica Supletiva (PAMS) é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS, instituído e administrado pela CAIXA sob a modalidade de autogestão, oferece cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

A provisão para fundos de pensão e obrigações similares apresenta a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>01/01/2009</b>
Provisões para despesas com pessoal	1.403.353	1.295.235	1.158.604
Provisão – Saúde CAIXA (Cálculo Atuarial)	5.169.596	4.766.048	4.234.482
Provisão – Auxílio/Cesta-Alimentação (Cálculo Atuarial)	626.970	725.420	712.423
Provisão PREHVAB (Cálculo Atuarial)	43.635	42.624	42.680
<b>Total</b>	<b>7.243.554</b>	<b>6.829.327</b>	<b>6.148.189</b>

**a) Plano de benefícios – Previdência privada**

**I REG/REPLAN**

Estruturado na modalidade de Benefício Definido, o plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006, quando foi oferecida aos seus participantes a possibilidade de saldamento deste plano, com respectivo cancelamento e adesão simultânea a um plano de contribuição definida (Novo Plano).



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano de benefício definido, o valor do benefício pós-emprego é calculado com base no salário de participação do beneficiário, em complementação ao benefício de aposentadoria concedido pelo INSS.

A taxa empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045.

Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

### **II REB**

O Plano de benefícios REB, administrado pela FUNCEF, é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e está estruturado na modalidade de Contribuição Variável.

A contribuição normal do participante, inclusive do autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida (CD), é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045.

Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

### **III Novo Plano**

O Plano de benefícios "Novo Plano" foi aprovado em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5%.

O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045.

Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

**IV Assistidos PREVHAB**

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH.

Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**i) Conciliação dos saldos da obrigação atuarial mensurados ao valor presente**

Detalhamento dos saldos	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>(27.479.152)</b>	<b>(32.659.559)</b>	<b>(358.031)</b>	<b>(334.121)</b>	<b>(40.205)</b>	<b>(42.680)</b>	<b>(154.508)</b>	<b>(106.519)</b>
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
<b>Obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(31.330.322)</b>	<b>(27.479.152)</b>	<b>(300.051)</b>	<b>(358.031)</b>	<b>(36.607)</b>	<b>(40.205)</b>	<b>(283.896)</b>	<b>(154.508)</b>

**ii) Análise da obrigação atuarial do plano**

Detalhamento dos saldos (valor presente)	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela da obrigação atuarial c/cobertura (a valor presente)	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela da obrigação atuarial s/cobertura (a valor presente)	-	-	-	-	-	-	(53.472)	(22.120)
<b>Total da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(31.330.322)</b>	<b>(27.479.152)</b>	<b>(300.051)</b>	<b>(358.031)</b>	<b>(36.607)</b>	<b>(40.205)</b>	<b>(283.896)</b>	<b>(154.508)</b>
<b>Status do plano</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Totalmente coberto</b>	<b>Parcialmente coberto</b>	<b>Parcialmente coberto</b>

**iii) Conciliação dos saldos mensurados ao valor justo**

Detalhamento	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Ativos do plano no início do exercício</b>	<b>31.584.152</b>	<b>30.495.721</b>	<b>438.379</b>	<b>513.041</b>	<b>42.625</b>	<b>42.680</b>	<b>132.388</b>	<b>106.840</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.120)	(99.692)	(1.445)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552	-	-	4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.145)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)	-	-	-	(975)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-	-	8.265
<b>Ativos do plano no final do exercício</b>	<b>37.230.243</b>	<b>31.584.152</b>	<b>301.420</b>	<b>438.379</b>	<b>43.635</b>	<b>42.625</b>	<b>230.424</b>	<b>132.388</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**iv) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos**

Detalhamento (valor presente)	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Obrigação atuarial sem cobertura/(em excesso)	(5.899.921)	(4.105.000)	(1.368)	(80.348)	(7.028)	(2.420)	53.472	22.120
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
<b>Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**</b>	<b>(2.065.167)</b>	<b>(1.528.131)</b>	<b>(131.579)</b>	<b>(129.158)</b>	<b>(1.501)</b>	<b>(1)</b>	<b>9.609</b>	<b>6.386</b>

\* Calculado de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente e em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, que estão em conformidade com os requisitos da IAS 19.

\*\* A CAIXA optou por não registrar o Ativo resultante, por não ter o direito incondicional ao reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

Detalhamento (valor presente)	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício</b>	-	-	-	-	1	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276	-	-	2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	(5.639)
<b>(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício</b>	-	-	-	-	<b>1.501</b>	<b>1</b>	-	-

**v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado**

Detalhamento	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.037)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.921	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
<b>Total da (despesa) / receita reconhecida</b>	<b>(15.781)</b>	<b>(17.064)</b>	<b>(117)</b>	<b>(276)</b>	<b>1.500</b>	<b>1</b>	<b>(2.310)</b>	<b>(5.639)</b>
<b>Total da (despesa) / receita no exercício</b>	<b>(15.781)</b>	<b>(17.064)</b>	<b>(117)</b>	<b>(276)</b>	<b>1.500</b>	<b>1</b>	<b>(2.310)</b>	<b>(5.639)</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**vi) Premissas atuarias adotadas**

**Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)**

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Premissas	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Financeiras</b>								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a.	6,62 a.a.	6,00% a.a.	6,62 a.a.	6,00% a.a.	6,62 a.a.	6,00% a.a.	6,62 a.a.
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41% a.a.	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
<b>Demográficas</b>								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	-	-	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por:		Máximo dado por:		-		Máximo dado por:	
	M [53 anos; RGPS]		M [55 anos; RGPS]		-		M [53 anos; RGPS]	
	F [48 anos; RGPS]		F [55 anos; RGPS]		-		F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
<b>Aposentados</b>	<b>Cadastro Individual</b>		<b>Cadastro Individual</b>		-		<b>Cadastro Individual</b>	

Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09 e projetados para 31/12 do respectivo ano.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**vii) Divulgação dos resultados atuariais**

<b>Planos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>REG/REPLAN</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano (1)	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano (2)	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano (2-1)</b>	<b>1.683.741</b>	<b>(2.163.838)</b>	<b>4.105.000</b>	<b>5.899.921</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-24,6%	28,3%	-6,7%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	-3,6%	7,6%
<b>REB</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano (3)	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano (4)	738.801	513.041	438.379	301.420
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano (4-3)</b>	<b>116.150</b>	<b>178.920</b>	<b>80.348</b>	<b>1.369</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	-3,1%	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	-17,9%	-22,7%	-57,1%
<b>PREVHAB</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano (5)	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano (6)	-	-	42.625	43.635
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano (6-5)</b>	<b>(41.108)</b>	<b>(42.680)</b>	<b>2.420</b>	<b>7.028</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	-4,2%	-3,3%
<b>NOVO PLANO</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano (7)	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano (8)	30.479	106.840	132.388	230.424
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano (8-7)</b>	<b>(2.713)</b>	<b>321</b>	<b>(22.120)</b>	<b>(53.472)</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	-50,2%	-8,3%	-38,7
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**viii) Receita (despesa) e pagamentos esperados para o exercício de 2011**

Montantes	REG/REPLAN	REB		PREVHAB	NOVO PLANO	
	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida	Benefício Definido	Parte Benefício Definido	Parte Contribuição Definida
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-
<b>Total da (despesa) / receita a reconhecer</b>	<b>(16.570)</b>	<b>(129)</b>	-	<b>2.183</b>	<b>(2.561)</b>	-
<b>Total da (despesa) / receita no exercício</b>	<b>(16.570)</b>	<b>(129)</b>	-	<b>2.183</b>	<b>(2.561)</b>	-
<b>Pagamentos esperados pela CAIXA no exercício seguinte</b>						
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o Plano</b>	<b>16.570</b>	<b>129</b>	-	-	<b>2.561</b>	-

**ix) Retorno anual dos ativos**

Detalhamento	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	-10,18%	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecidos como ativos	-	-	-	-	-	-	-	-



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**x) Categorias dos ativos dos planos**

Descrição	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO		AUXÍLIO PECÚLIO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Renda Fixa	49,96%	40,8%	49,50%	45,78%	-	-	55,10%	42,76%	100%	100%
Renda Variável	31,68%	48,87%	26,41%	35,43%	-	-	28,35%	46,52%	-	-
Investimentos Estruturados	7,60%	-	7,28%	-	-	-	2,39%	-	-	-
Investimentos Imobiliários	7,30%	6,56%	4,54%	4,51%	-	-	1,26%	2,01%	-	-
Empréstimos e financiamentos	3,38%	3,60%	12,22%	14,17%	-	-	12,90%	8,71%	-	-
Outros investimentos	0,08%	0,17%	0,05%	0,11%	-	-	-	-	-	-
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Auxílios alimentação/refeição e cesta alimentação**

O valor mensal dos benefícios de auxílio-alimentação e cesta-alimentação fornecidos aos empregados e dirigentes da CAIXA são definidos em setembro de cada ano, em acordo coletivo de trabalho.

O valor mensal do auxílio alimentação/refeição para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R\$ 399,30 e do auxílio cesta alimentação, para o mesmo período, é de R\$ 311,08.

**c) Auxílio pecúlio**

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos planos, e os respectivos participantes são partes intervenientes no auxílio pecúlio contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários por morte natural ou acidental do participante, desde que comprovada dependência e apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

A indenização por morte natural é de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) e por morte acidental é de R\$ 1.560,60 (mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos).

**d) Plano de saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

A CAIXA oferece plano de saúde aos seus empregados e familiares desde 1977, por meio do Saúde CAIXA, um programa instituído e administrado pela CAIXA sob a modalidade de autogestão.

O plano, de abrangência nacional, oferece assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos.

É um benefício concedido pela CAIXA aos seus empregados e aposentados optantes, vinculados à FUNCEF, PREVHAB, Fundo PMPP e INSS, e respectivos dependentes inscritos.

A CAIXA contribui mensalmente com o valor correspondente a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com pessoal, e o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto anual.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, sua provisão corresponde ao valor da obrigação atuarial, calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quanto aos empregados ativos, a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo, a valor presente, de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas, é de R\$ 5.169 milhões (2009 - R\$ 4.766 milhões) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 559 milhões (2009 - R\$ 672 milhões).

O Plano de Assistência Médica Supletiva (PAMS) é custeado com recursos da CAIXA e corresponde anualmente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

O PAMS está em descontinuidade e sua vigência se vincula a ações judiciais e liminares judiciais pendentes de julgamento.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**i) Conciliação dos saldos da obrigação atuarial (valor presente)**

Detalhamento (valor presente)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>(744.355)</b>	<b>(642.158)</b>	<b>(12.026)</b>	<b>(11.327)</b>	<b>(4.259.459)</b>	<b>(4.497.016)</b>
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
<b>Obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(651.502)</b>	<b>(744.355)</b>	<b>(9.888)</b>	<b>(12.026)</b>	<b>(4.387.210)</b>	<b>(4.259.459)</b>

**ii) Análise da obrigação atuarial do plano**

Detalhamento (valor presente)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela da obrigação atuarial com cobertura	-	-	(6.249)	(5.825)	-	-
Parcela da obrigação atuarial sem cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.201)	(4.387.210)	(4.259.459)
<b>Total da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(651.502)</b>	<b>(744.355)</b>	<b>(9.888)</b>	<b>(12.026)</b>	<b>(4.387.210)</b>	<b>(4.259.459)</b>
<b>Status do plano</b>	<b>Sem cobertura</b>	<b>Sem cobertura</b>	<b>Parcialmente coberto</b>	<b>Parcialmente coberto</b>	<b>Sem cobertura</b>	<b>Sem cobertura</b>

**iii) Conciliação dos saldos do valor justo**

Detalhamento	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	-	-	<b>5.824</b>	<b>5.494</b>	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos/contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	-	-	<b>6.249</b>	<b>5.824</b>	-	-



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**iv) Conciliação entre os itens “i” e “iii” com ativos e passivos reconhecidos**

Detalhamento	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	778.857	509.102
<b>Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício</b>	<b>660.986</b>	<b>727.399</b>	<b>837</b>	<b>88</b>	<b>5.166.068</b>	<b>4.768.561</b>

**v) Movimentação do passivo (ativo) líquido**

Detalhamento	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>(Passivo) / ativo a ser reconhecido no início do exercício</b>	<b>(727.399)</b>	<b>(712.423)</b>	<b>(88)</b>	<b>620</b>	<b>(4.768.561)</b>	<b>(4.234.462)</b>
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.525	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)	(886)	(553.032)	(672.493)
<b>(Passivo)/ativo a ser reconhecido no final exercício</b>	<b>(660.986)</b>	<b>(727.399)</b>	<b>(837)</b>	<b>(88)</b>	<b>(5.166.068)</b>	<b>(4.768.561)</b>

**vi) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado**

Detalhamento	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.313)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	-	(394)	(273)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
<b>Total da (despesa)/receita reconhecida</b>	<b>11.544</b>	<b>(71.212)</b>	<b>(926)</b>	<b>(886)</b>	<b>(553.031)</b>	<b>(672.473)</b>
<b>Total da (despesa)/receita no exercício</b>	<b>11.544</b>	<b>(71.212)</b>	<b>(926)</b>	<b>(886)</b>	<b>(553.031)</b>	<b>(672.473)</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF.

As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

### vii) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**viii) Premissas atuariais adotadas**

**Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)**

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Financeiras</b>						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-	2,89% a.a	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
<b>Demográficas</b>						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F	AT 2000 M AT 2000 F	AT 1983 M AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

\* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09 e projetados para 31/12 do respectivo ano.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**ix) Divulgação dos resultados atuariais**

<b>Montantes</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502-
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>(688.194)</b>	<b>(642.158)</b>	<b>(744.355)</b>	<b>(651.502)</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	-11,8%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>AUXÍLIO PECÚLIO</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano (1)	8.305	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano (2)	5.152	5.494	5.825	6.249
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano (2-1)</b>	<b>(3.153)</b>	<b>(5.833)</b>	<b>(6.201)</b>	<b>(3.639)</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-18,3%	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	-14,3%	-9,1%	-7,5%
<b>SAÚDE CAIXA</b>				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>(4.056.275)</b>	<b>(4.497.016)</b>	<b>(4.259.459)</b>	<b>(4.387.210)</b>
<b>Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro</b>				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	-5,8%	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**x) Despesa (receita) e pagamentos esperados para o exercício de 2011**

<b>Montantes</b>	<b>AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO</b>	<b>AUXÍLIO PECÚLIO</b>	<b>SAÚDE CAIXA</b>
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.864)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.902
<b>Total da (despesa)/receita a reconhecer</b>	<b>(71.992)</b>	<b>(578)</b>	<b>(651.359)</b>
<b>Total da (despesa)/receita no exercício</b>	<b>(71.992)</b>	<b>(578)</b>	<b>(651.359)</b>
<b>Pagamentos esperados pela CAIXA no exercício seguinte</b>			
Normais	57.612	185	173.099
<b>Total dos pagamentos esperados para o Plano</b>	<b>57.612</b>	<b>185</b>	<b>173.099</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

I REG/REPLAN, REB e Novo Plano – a CAIXA não registrou ganhos atuariais face aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

II Saúde CAIXA – as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 2, item 2.2.15, serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

### f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado, para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 677 milhões (2009 - R\$ 450 milhões).

## Nota 21 Provisões para passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para liquidar eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

### Apresentação dos passivos contingentes

#### a) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	2010			2009	
	Adições	Reversões/ Baixas	31 de dezembro	31 de dezembro	1º de janeiro
<b>Fiscais</b>	<b>107.199</b>	<b>(21.453)</b>	<b>575.572</b>	<b>489.826</b>	<b>400.494</b>
PASEP	-	-	-	-	-
INSS	39.313	(8.340)	271.304	240.331	224.085
ISS	43.559	(925)	152.702	110.068	89.991
Outros	24.327	(12.188)	151.566	139.427	86.418
<b>Cíveis</b>	<b>1.848.757</b>	<b>(1.365.102)</b>	<b>4.367.111</b>	<b>3.883.456</b>	<b>4.023.842</b>
Ações judiciais	1.599.259	(1.185.470)	3.587.568	3.173.779	3.129.757
Outros	249.498	(179.632)	779.543	709.677	894.085
<b>Trabalhistas</b>	<b>880.714</b>	<b>(620.216)</b>	<b>2.687.488</b>	<b>2.426.990</b>	<b>1.694.646</b>
<b>Total</b>	<b>2.836.670</b>	<b>(2.006.771)</b>	<b>7.630.171</b>	<b>6.800.272</b>	<b>6.118.982</b>

#### b) Composição dos depósitos judiciais (\*)

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fiscal	6.515.569	2.218.468	1.805.833
Trabalhista	1.332.171	1.076.239	1.144.826
Cível	666.876	648.849	455.556
<b>Total</b>	<b>8.514.616</b>	<b>3.943.556</b>	<b>3.406.215</b>

(\*) Contabilizados como Empréstimos e Recebíveis com Instituições Financeiras (nota 4.1).



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Composição por classificação de risco provável

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Perdas e danos	1.307.726	1.375.050	1.579.778
Poupança	1.488.774	1.197.456	973.067
Loterias	42.917	82.203	80.104
Crédito imobiliário	213.283	131.036	130.180
Contingenciamento do FGTS	534.868	388.035	366.628
Trabalhista	2.687.488	2.426.990	1.694.646
Fiscais	575.572	489.826	1.130.392
Outras	779.543	709.676	164.187
<b>Total</b>	<b>7.630.171</b>	<b>6.800.272</b>	<b>6.118.982</b>

### d) Composição por classificação de risco possível

Descrição	2010	2009
Demandas trabalhistas	43.571	121.361
Demandas cíveis	1.164.729	1.228.114
Demandas fiscais	4.355.918	4.265.640
<b>Total</b>	<b>5.564.218</b>	<b>5.615.115</b>

Os passivos contingentes com classificação de risco “possível” não são reconhecidos como passivos.

### Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados (próprios ou de prestadoras de serviços) e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedades e jurisprudências das Cortes Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamentos do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial, moral ou questionam cláusulas contratuais no tocante à taxa de juros e saldos, devedores ou remanescentes, de operações de crédito.

Há um número expressivo de demandas contestando indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam reparação de danos decorrentes do contingenciamento na liberação de recursos do FGTS.

### Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais como Imposto de Renda, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ITBI, IPTU, ISSQN, taxas e multas.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nos. 2.445 e 2.449/88, e compensação de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 668 milhões de principal, R\$ 501 milhões de multa e R\$ 2,9 bilhões de juros, os quais totalizam R\$ 4 bilhões em 31 de dezembro de 2010 (2009 - valor total de R\$ 3,951 bilhões), sendo classificado como risco de perda possível.

O Segundo Conselho de Contribuintes, em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA.

Em 3 de setembro de 2007 foi oposto Embargo de Declaração, o qual foi apreciado pelo Segundo Conselho de Contribuintes e encaminhado à DRF/BSB/DF em 14 de março de 2008.

A DRF/BSB/DF, por meio da intimação nº 345/08, deu ciência à CAIXA dos novos valores do auto, tendo em vista redução do mesmo em decorrência do provimento das matérias julgadas e apresentadas por meio do Acórdão 202-17402, e considerando, também, a negativa de seguimento aos Embargos de Declaração opostos (Despacho nº 202-132 da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes).

Em 6 de outubro de 2008 foram opostos novos Embargos de Declaração contra o Despacho 202-132 ora aludido e, em 15 de outubro de 2008, foi interposto Recurso Especial, sendo este último admitido pelo Conselho de Contribuintes no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual teve seu mérito julgado em 10 de dezembro de 2009, onde se deliberou pela manutenção da decisão adotada quando da apreciação do Recurso Voluntário anteriormente citado.

A CAIXA ainda não foi cientificada do inteiro teor da decisão prolatada no julgamento do Recurso Especial, a partir do qual caberá avaliação quanto à possibilidade de oposição de novos Embargos.

Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, ainda cabe ação junto ao Poder Judiciário.

(ii) A fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) autuou a CAIXA para recolher contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2010, montam a R\$ 1,46 bilhão (2009 - R\$ 1,31 bilhão), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria é de R\$ 271 milhões (2009 – R\$ 240 milhões).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos municípios sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 31 de dezembro de 2010, corresponde ao montante de R\$ 286,85 milhões (2009 - R\$ 299,09 milhões).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 153 milhões (2009 – R\$ 110 milhões).



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 123,77 milhões (2009 - R\$ 116,5 milhões) e, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi favorável à constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA possui 19 processos relativos a Imposto de Renda, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como perda possível e somam R\$ 4,36 bilhões em dezembro/2010 (2009 - R\$ 4,27 bilhões).

### Nota 22 Passivo fiscal diferido

#### Conciliação do passivo fiscal diferido

Passivo Fiscal Diferido	Ajuste a valor de mercado	Demais Ajustes IFRS	Reserva de Reavaliação	Outros	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>57.754</b>	<b>65.356</b>	<b>226.770</b>	<b>14.018</b>	<b>363.898</b>
Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	(15.026)	5.044	-	6.827	(3.155)
Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	68.301	-	(14.205)	-	54.096
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>111.029</b>	<b>70.400</b>	<b>212.565</b>	<b>20.845</b>	<b>414.839</b>
Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	131	(13.351)	-	6.304	(6.916)
Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	(38.805)	-	(12.400)	-	(51.206)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>72.355</b>	<b>57.049</b>	<b>200.165</b>	<b>27.149</b>	<b>356.717</b>

#### Efeitos dos ajustes IFRS no passivo fiscal diferido

Ajustes no passivo fiscal diferido	Impacto tributário		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Saldo inicial - BRGAAP</b>	<b>241.850</b>	<b>273.835</b>	<b>265.651</b>
Reclassificação de carteira TVM	-	69.774	28.116
Ajuste de consolidação	57.612	-	-
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>	<b>57.612</b>	<b>69.774</b>	<b>28.116</b>
Baixa da Amortização Acumulada do Diferido	44.335	61.423	58.962
Rendas de operações de crédito - Critério Default IFRS	12.671	8.643	6.394
Reclassificação de carteira TVM	205	829	4.686
Diferimento de Despesas - Taxa de Juros Efetiva	44	335	-
Marcação a mercado de derivativos	-	-	89
<b>Impacto no resultado</b>	<b>57.255</b>	<b>71.230</b>	<b>70.131</b>
<b>Total</b>	<b>356.717</b>	<b>414.839</b>	<b>363.898</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 23 Outras obrigações

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Sociais e Estatutárias	1.062.770	793.488	1.078.543
Fiscais e Previdenciárias	522.221	415.801	362.765
Programa de Recompensas	38.093	26.889	34.798
Relações com correspondentes	9.304	7.434	5.533
Cobrança e arrecadações de tributos e contribuições	143.912	169.126	194.435
Câmbio	28.193	94	12.518
Obrigação por convênios	437.880	404.584	349.791
Recursos em trânsito de terceiros	1.072.292	1.112.585	712.255
Credores diversos - país	6.738.248	5.350.567	4.143.022
Outros pagamentos	3.042.252	410.052	382.696
<b>Total</b>	<b>13.095.165</b>	<b>8.690.620</b>	<b>7.276.356</b>

### Nota 24 Patrimônio Líquido

#### 24.1 Capital social

O capital social da CAIXA, de acordo com o seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473 de 5 de junho de 2008, será aumentado anualmente até o limite do capital autorizado de R\$ 13.562.433, mediante incorporação do saldo de reservas.

O aumento do capital social, por meio de incorporação de outras reservas e do saldo de lucros acumulados após a destinação do resultado do exercício, bem como a absorção de eventuais prejuízos com a utilização das reservas de lucros, requer deliberação das respectivas propostas pelo Conselho de Administração, ouvidos os Conselhos Diretor e Fiscal, e aprovação do Ministro de Estado da Fazenda.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Capital Autorizado</b>	<b>13.562.433</b>	<b>13.562.433</b>	<b>13.562.433</b>
Capital social	12.473.724	11.676.683	9.292.000
Capital a realizar	1.088.709	1.885.750	4.270.433

Do valor deliberado para o aumento de capital em dezembro de 2009 (R\$ 2.384.683), foi aprovado pelo Ministro da Fazenda para incorporação ao capital da empresa somente R\$ 397.982, sendo R\$ 1.986.701 destinado para pagamento de dividendos.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010 foi autorizada a integralização de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010 foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 24.2 Reservas

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva legal	1.106.898	918.677	768.692
Reservas de resultados de loterias	-	-	174.725
Reserva margem operacional	1.545.308	-	1.931.061
<b>Total</b>	<b>2.652.206</b>	<b>918.677</b>	<b>2.874.478</b>

### 24.3 Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo 25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram provisionados no passivo o montante de R\$ 810.912 (2009 – R\$ 662.233) correspondente a esse percentual mínimo obrigatório.

Em complemento ao valor provisionado, foi destacado no patrimônio líquido o montante de R\$ 887.427 a título de dividendos adicionais propostos.

No ano de 2010 já foi repassado ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 1.698.339 como antecipação de dividendos e atualizações.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dividendos mínimos obrigatórios	810.912	662.233	875.647
Dividendos adicionais propostos	887.427	-	697.841
<b>Total</b>	<b>1.698.339</b>	<b>662.233</b>	<b>1.573.488</b>

Em 2010, a CAIXA efetuou o pagamento de complemento de dividendos do exercício 2009, bem como o adiantamento de dividendos do exercício 2010 conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor declarado	Mês de pagamento
Dividendos - 2009	144.477	fev/10
Adiantamento de dividendos - 2010	500.000	abr/10
Adiantamento de dividendos - 2010	958.489	ago/10
Adiantamento de dividendos - 2010	165.000	ago/10
Complemento de dividendos - 2009	975.288	nov/10
Complemento de dividendos - 2009	1.011.413	dez/10
<b>Total de pagamentos</b>	<b>3.754.667</b>	

Em 2009, a CAIXA efetuou o adiantamento de dividendos do exercício conforme descrição abaixo:

Descrição	Valor declarado	Mês de pagamento
Adiantamento de dividendos - 2009	517.756	jul/09
Complemento de dividendos - 2008	1.931.061	set/09
<b>Total de pagamentos</b>	<b>2.448.817</b>	



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 25 Receitas com juros e similares

Descrição	2010	2009
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>7.937</b>	<b>116.557</b>
<b>Empréstimo e recebíveis com instituições financeiras</b>	<b>3.889.579</b>	<b>4.359.821</b>
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes</b>	<b>20.228.315</b>	<b>14.726.451</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>577.855</b>	<b>1.474.992</b>
<b>Ativos financeiros mantidos para negociação</b>	<b>3.817.914</b>	<b>4.586.677</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	<b>7.227.518</b>	<b>6.444.320</b>
<b>Juros de outros ativos financeiros</b>	<b>1.603.228</b>	<b>1.757.444</b>
Outros ativos financeiros – FCVS	1.578.850	1.737.115
Outros ativos financeiros – FGTS	24.378	20.329
<b>Outras</b>	<b>47.606</b>	<b>43.129</b>
<b>Total</b>	<b>37.399.952</b>	<b>33.509.391</b>

### Nota 26 Despesas com juros e similares

Descrição	2010	2009
Operações com instituições financeiras	36.606	1.992
Outros depósitos especiais e fundos e programas	997.163	1.068.441
Operações compromissadas	6.183.554	6.069.452
Empréstimos, cessões e repasses	3.833.553	2.754.255
Operações com clientes	11.884.615	9.706.288
<b>Total</b>	<b>22.935.491</b>	<b>19.600.428</b>

### Nota 27 Receita líquida com taxas e comissões

Descrição	2010	2009
<b>Receitas com taxas e comissões</b>	<b>9.836.052</b>	<b>8.241.173</b>
Taxa de administração de carteiras e outras	9.614.863	8.083.896
Taxas e comissões relacionadas a crédito	221.189	157.277
<b>Despesas com taxas e comissões</b>	<b>(694.372)</b>	<b>(653.352)</b>
Despesa de administração de fundos e programas	(71.353)	(64.375)
Despesa de administração de loterias	(190.402)	(192.604)
Desp. de prov. p/ risco de crédito agente operador FGTS	(22.638)	(26.236)
Desp. de provisão de risco agente operador FGTS	(1.924)	35.870
Outras	(408.055)	(406.007)
<b>Total</b>	<b>9.141.680</b>	<b>7.587.821</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 28 Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros

Descrição	2010	2009
<b>Ativos Financeiros para negociação (1)</b>	<b>(55.091)</b>	<b>113.226</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>(55.160)</b>	<b>113.306</b>
Notas do Tesouro Nacional	(50.224)	130.913
Letras Financeiras do Tesouro	150	(7.089)
Letras do Tesouro Nacional	(5.086)	(10.518)
<b>Títulos Privados</b>	<b>69</b>	<b>(80)</b>
Debêntures	69	(80)
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda (2)</b>	<b>(82.374)</b>	<b>464.289</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>16.423</b>	<b>470.107</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.400	318.052
Letras do Tesouro Nacional	-	90.062
Certificado Financeiro do Tesouro	-	(163)
Títulos CVS	15.023	62.156
<b>Títulos Privados</b>	<b>(98.797)</b>	<b>(5.818)</b>
Cotas de fundos	(98.797)	(5.818)
<b>Ativos Financeiros designados ao valor justo (3)</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(9.595)</b>
<b>Títulos públicos - Brasil</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(9.595)</b>
Letras Financeiras do Tesouro	(2.578)	(9.595)
<b>Instrumentos financeiros derivativos (4)</b>	<b>(119.231)</b>	<b>(400.467)</b>
<b>Outros (5)</b>	<b>2.190</b>	<b>2.303</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>(257.084)</b>	<b>169.756</b>

A receita relacionada com a negociação de cotas de fundos inclui o resultado com a compra e venda desses títulos e respectivos derivativos, bem como as mudanças no valor justo. Enquanto a receita com títulos públicos e debêntures inclui o resultado com a compra e venda e as mudanças no valor justo, além das respectivas receitas e despesas com juros.

Os resultados obtidos com a negociação de instrumentos do mercado financeiro, swaps de taxas de juros, opções e outros derivativos são registrados em 'ganhos/perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos)'.

'Outras' receitas líquidas de negociação incluem o impacto de mudanças no valor justo relacionadas às alterações de valor justo dos ativos dados em garantia registrados como mantidos para negociação.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 29 Ganhos e perdas com operações de câmbio

O resultado de câmbio decorre da variação da taxa de câmbio das disponibilidades em moeda estrangeira.

Descrição	2010	2009
<b>Receita</b>	<b>197.242</b>	<b>57.824</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	197.242	57.824
<b>Despesa</b>	<b>(194.672)</b>	<b>(61.687)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(194.672)	(61.687)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>2.570</b>	<b>(3.863)</b>

### Nota 30 Outras receitas operacionais

Descrição	2010	2009
<b>Recuperação de encargos e despesas</b>	<b>800.097</b>	<b>600.051</b>
<b>Outras</b>	<b>4.683.855</b>	<b>3.819.753</b>
Reversão de outras provisões operacionais	584.119	1.621.616
Reversão de provisões operacionais para o FGTS	9.119	98
Outras rendas operacionais sobre serviços prestados e administração	2.732.075	1.995.136
Outras rendas operacionais - AM depósitos em garantia/TN	189.344	109.232
Outras rendas operacionais sobre operações de crédito	423.091	91
Outras rendas operacionais - ajustes AM/juros FCVS	151.699	-
Outras rendas operacionais - AM s/ dividendos/JCP	77.443	18.717
Ganho de capital	41.743	12.980
Outras rendas operacionais - diversos	475.222	61.883
<b>Total</b>	<b>5.483.952</b>	<b>4.419.804</b>

### Nota 31 Despesas com pessoal

Descrição	2010	2009
Proventos	(6.375.282)	(5.786.529)
Encargos sociais	(2.294.969)	(1.998.664)
Benefícios	(1.118.267)	(1.196.078)
Treinamento	(75.116)	(69.398)
Remuneração de estagiários	(83.858)	(84.850)
<b>Total</b>	<b>(9.947.492)</b>	<b>(9.135.519)</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 32 Outras despesas administrativas

Descrição	2010	2009
Água, energia e gás	(229.560)	(216.132)
Aluguéis	(553.881)	(521.923)
Arrendamento de bens	(64.360)	(101.574)
Comunicações	(427.509)	(443.430)
Contribuições filantrópicas	(238)	(1.204)
Honorários	(6.786)	(5.882)
Manutenção e conservação de bens	(632.624)	(482.036)
Material	(114.735)	(105.583)
Processamento de dados	(878.196)	(814.967)
Promoções e relações públicas	(131.011)	(129.670)
Propaganda e publicidade	(347.017)	(284.464)
Publicações	(11.938)	(13.461)
Seguros	(2.795)	(2.777)
Serviços do sistema financeiro	(242.190)	(210.631)
Serviços de terceiros	(713.221)	(617.533)
Serviços de vigilância e segurança	(464.264)	(420.352)
Serviços técnicos especializados	(355.889)	(254.055)
Transporte	(12.306)	(12.207)
Despesas tributárias	(56.380)	(48.478)
Viagens	(43.671)	(45.741)
Outras despesas administrativas	(169.506)	(150.801)
<b>Total</b>	<b>(5.458.077)</b>	<b>(4.882.901)</b>

### Nota 33 Perdas com ativos financeiros

#### 33.1 Composição

Descrição	2010	2009
Constituição PDD - Empréstimos e Recebíveis	2.217.838	1.984.823
Resultado com renegociações	77.169	(17.165)
Outras perdas com instrumentos financeiros	177.928	235.706
<b>Total</b>	<b>2.472.935</b>	<b>2.203.364</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 33.2 Perdas com Empréstimos e Recebíveis com Clientes

#### Em 2010

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários (Habitação)	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
<b>Em 1º janeiro de 2010</b>	<b>2.219.954</b>	<b>955.872</b>	<b>1.003.387</b>	-	<b>282.142</b>	<b>4.461.355</b>
Constituição (reversão) de provisão no exercício	684.658	597.957	946.280	99.877	(110.934)	2.217.838
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(678.387)	(476.568)	(423.565)	-	276.372	(1.302.148)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.226.225</b>	<b>1.077.261</b>	<b>1.526.102</b>	<b>99.877</b>	<b>447.580</b>	<b>5.377.045</b>
Provisão individual	-	-	-	-	-	-
Provisão coletiva	2.226.225	1.077.261	1.526.102	99.877	447.580	5.377.045
<b>Total</b>	<b>2.226.225</b>	<b>1.077.261</b>	<b>1.526.102</b>	<b>99.877</b>	<b>447.580</b>	<b>5.377.045</b>

#### Em 2009

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários (Habitação)	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
<b>Em 1º janeiro de 2009</b>	<b>1.455.604</b>	<b>654.131</b>	<b>460.844</b>	<b>130.544</b>	<b>235.237</b>	<b>2.936.360</b>
Constituição (reversão) de provisão no exercício	1.656.176	(208.268)	587.831	(130.544)	79.628	1.984.823
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(891.826)	510.009	(45.288)	-	(32.723)	(459.828)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>2.219.954</b>	<b>955.872</b>	<b>1.003.387</b>	-	<b>282.142</b>	<b>4.461.355</b>
Provisão individual	-	19.073	111.771	-	-	130.844
Provisão coletiva	2.219.954	936.799	891.616	-	282.142	4.330.511
<b>Total</b>	<b>2.219.954</b>	<b>955.872</b>	<b>1.003.387</b>	-	<b>282.142</b>	<b>4.461.355</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 34 Outras despesas operacionais

Descrição	2010	2009
Despesas de contribuição ao SFH	1.022	1.059
Despesas de obrigações por fundos financeiros	485	358
Prejuízo na alienação de valores e bens	16	15.185
Despesas de provisões operacionais	767.668	183.988
Perdas de capital	23.228	584
Provisão para contingências	1.078.096	1.249.359
EMGEA/UNIÃO	32.129	58.951
Despesas com cartão de crédito	586.755	474.705
Despesas de serviços automatizados	100.139	115.424
Descontos de operações de crédito	537.707	604.859
Correspondente não bancário	995.747	762.024
Benefícios sociais	80.166	72.027
Fundo de investimento do FGTS	22.638	26.236
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	9.377
Despesas com alavancagem de negócios	103.014	77.666
Condenações judiciais	547.448	544.110
Despesas com créditos administrados por terceiros	33.403	17.629
Despesas com gestão financeira do fundo de previdência	187.919	135.878
Indenização por perdas de danos	62.630	79.180
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	338.330	161.996
Despesas com provisões de pré-pagamento FGTS	212.799	122.899
Desp. com atual. monetária s/ restituições e recolhimentos	185.874	134.666
Despesas com provisões operacionais	481.464	-
Despesas com revendedor lotérico	70.968	21.926
Outras	644.204	218.380
<b>Total</b>	<b>7.093.849</b>	<b>5.088.466</b>

### Nota 35 Impostos

#### 35.1 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2010	2009
Lucro operacional antes da tributação	3.659.514	3.015.318
Impostos correntes	(141.439)	(120.934)
Impostos diferidos	1.263.746	154.127
<b>Total</b>	<b>4.781.821</b>	<b>3.048.511</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Impostos correntes

Descrição	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Despesa corrente</b>	<b>(97.666)</b>	<b>(43.165)</b>	<b>(93.184)</b>	<b>(40.423)</b>
Encargo total do IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(641.463)	(384.878)	(688.657)	(413.194)
Efeitos tributários das adições e exclusões	126.974	76.176	267.714	159.134
Juros sobre Capital Próprio	189.101	113.461	156.892	94.135
Participações dos empregados nos lucros	169.315	101.589	112.497	67.498
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	45.452	46.365	45.122	46.786
Incentivo fiscal	11.416	-	5.689	-
Reserva de Reavaliação	10.377	6.226	9.321	5.593
Outros	(8.838)	(2.104)	(1.762)	(375)
<b>Despesa diferida/marcação a mercado</b>	<b>(381)</b>	<b>(227)</b>	<b>7.921</b>	<b>4.752</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>(98.047)</b>	<b>(43.392)</b>	<b>(85.263)</b>	<b>(35.671)</b>

\* A CAIXA partiu da premissa de não recalculer o tributo corrente ao adotar o IFRS, portanto, os valores do quadro acima estão de acordo com a legislação vigente.

### 35.2 Despesas tributárias

Descrição	2010	2009
Despesas com COFINS	972.795	842.956
Despesas com ISSQN	283.196	219.090
Despesas com PIS/PASEP	158.091	136.980
<b>Total</b>	<b>1.414.082</b>	<b>1.199.026</b>

## Nota 36 Gestão de riscos

### 36.1 Considerações iniciais

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, com o objetivo de cumprir os princípios, valores, diretrizes de gestão de riscos e os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo e meio fundamental para a preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, com a natureza e a complexidade da Instituição e as boas práticas de governança corporativa, permitindo identificar, mensurar, monitorar, controlar, mitigar e reportar as exposições relevantes ao risco, avaliar o capital necessário para suportar os riscos associados a produtos, serviços e atividades e analisar os impactos dos riscos incorridos sobre os resultados da Instituição, além de definir limites claros de exposição aos riscos.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política e os limites máximos de exposição aos riscos são revisados, no mínimo, anualmente, de acordo com a estratégia da Instituição, os fatores macroeconômicos, o ambiente de negócios e a capacidade da CAIXA em assumir riscos.

A CAIXA comunica a todos os empregados, de forma clara, a política de riscos e respectivos limites de exposição em seu sistema interno de divulgação normativa.

### **36.2 Estrutura de Gestão de Riscos**

As estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional da CAIXA, compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas são responsáveis por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições a esses riscos.

As atividades de administração de riscos são segregadas das atividades negociais e de auditoria, com estruturas de desenvolvimento e monitoramento dos modelos independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Participam diretamente da administração dos riscos da CAIXA: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Comitê de Risco, a Vice-Presidência de Controle e Risco, as Superintendências Nacionais de Administração de Riscos Corporativos, de Controles Institucionais e de Risco de Crédito do Tomador e de Operação e a Auditoria Interna.

As demais unidades da Instituição complementam o papel das mencionadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento dos riscos.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu "SOBRE A CAIXA".

#### **Conselho de Administração**

Responsável pela aprovação da política de riscos e respectivos limites de exposição ao risco, manifestando-se expressamente acerca da correção tempestiva de deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na Política.

#### **Conselho Diretor**

Responsável por aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração a Política e os limites de exposição a risco; manifestar-se expressamente sobre a correção tempestiva das deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na Política; e indicar, ao Banco Central do Brasil, o Vice-Presidente responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **Comitê de Risco**

De caráter propositivo e deliberativo, elabora a proposta de Política e limites de exposição aos riscos, decide sobre a matriz de riscos globais, cenários econômicos e modelos para mensuração de riscos e avalia os níveis de exposição aos riscos da CAIXA.

### **Vice-Presidência de Controle e Risco**

Responsável por implantar políticas, metodologias, procedimentos e sistemas de controle, risco, monitoramento e avaliação de custos e desempenho da CAIXA, bem como avaliar o risco de clientes tomadores de crédito e respectivas operações.

### **Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo**

Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e propor alternativas de mitigação dos riscos de crédito de carteira, mercado, liquidez e operacional em cenários de normalidade e de estresse e propor ao Comitê de Risco a Política de Gerenciamento de Risco e os limites de exposição a riscos.

Também é responsável pela gestão do capital regulamentar, do Programa de Continuidade de Negócios da CAIXA, da Política de Segurança da Informação da Instituição e pela coordenação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional.

### **Superintendência Nacional de Risco de Crédito**

Responsável por gerir o risco de crédito de clientes e de operações da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

### **A Superintendência Nacional de Controle Institucional**

Responsável por gerir o sistema de controle interno para o cumprimento das políticas e objetivos empresariais, preservar a sustentabilidade da organização e monitorar os modelos usados para avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, para a conformidade e controle da CAIXA.

### **Auditoria Interna**

Responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas implantados para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.

### **Demais unidades**

Responsáveis por cumprir e fazer cumprir a Política de Gerenciamento de Risco em seu âmbito de atuação, fomentar cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos e a respectiva participação de cada empregado na identificação dos riscos e implantar



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mecanismos que visem à mitigação dos riscos no âmbito dos seus produtos, serviços e atividades.

### 36.3 Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos (pessoas e sistemas) ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA é compatível com a natureza e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas e está alinhada aos princípios, valores e diretrizes internas de gestão dessa categoria de risco.

O seu funcionamento assegura a criação de um ambiente adequado de gestão, o estabelecimento de um processo de gerenciamento de risco eficaz e a existência de um processo estruturado de divulgação de informações para o público interno e para o mercado, bem como, o cumprimento da Resolução CMN 3.380/06, de 26/06/2006.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por unidade específica, de forma segregada das áreas negociais e da auditoria interna, o que preserva a independência na gestão desse risco.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional está apta a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais dos quais a Instituição está exposta, inclusive a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

#### Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais envolve as metodologias de mapeamento de processos e autoavaliação (CRSA – *Control & Risk Self Assessment*) e permeia toda a Instituição e produtos, serviços, atividades e canais existentes ou a serem lançados, situação em que a identificação é realizada previamente, considerando os fatores internos e externos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

O mapeamento de risco operacional envolve as unidades da matriz da CAIXA e a autoavaliação abrange todas as unidades da Empresa.

A autoavaliação é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

#### Avaliação

A avaliação do risco operacional é dividida em qualitativa e quantitativa.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A primeira envolve as ações de mapeamento e autoavaliação, descritas no processo de identificação.

O processo de mapeamento usa matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, permitindo que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências.

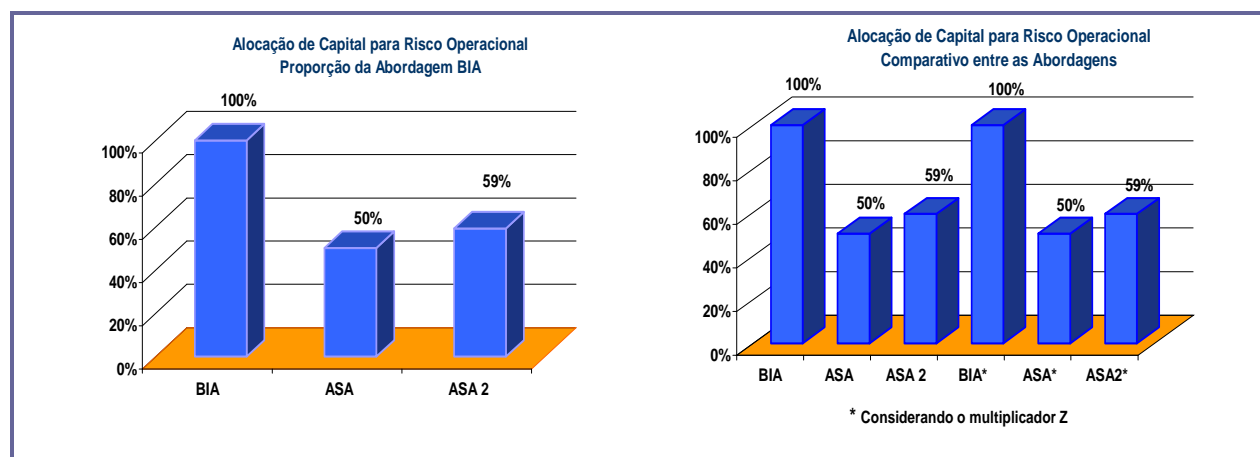
A autoavaliação permite estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

Já a avaliação quantitativa estabelece métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital.

As projeções usadas na avaliação quantitativa são realizadas com base na metodologia LDA – *Loss Distribution Approach*.

### Cálculo para requerimento de capital

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/08: (1) a Abordagem do Indicador Básico - BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2). Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



### Modelos Internos

As abordagens avançadas de mensuração de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das práticas, processos, procedimentos e modelos de gerenciamento desse risco tendo como principais objetivos a melhoria de gestão e a diminuição das perdas causadas por risco operacional.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O método interno envolver maior número de variáveis e mais eficiência e sofisticação no gerenciamento do risco operacional, o que geralmente resulta em diminuição do capital regulamentar em relação aos métodos padronizados, reconhecendo a maturidade da gestão.

Este método requer, no mínimo, a integração de quatro elementos: bases de dados (interna e externa), fatores do ambiente de negócios, fatores de controle interno e análise de cenários.

### **Monitoramento, controle operacional e mitigação do risco**

As ações de monitoramento, mitigação e controle operacional dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na atividade de identificação e visam diminuir as perdas e a exposição ao risco operacional, contribuindo para a solidez e a sustentabilidade dos negócios da Instituição.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados aos gestores responsáveis pelo processo que originou a perda e às instâncias envolvidas na gestão de riscos com o objetivo de direcionar a implantação das ações de mitigação.

Também são monitoradas, sistematicamente, informações que atuam como indicadores da exposição da Instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional, como rotatividade de empregados e disponibilidade de sistemas críticos.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implantação das medidas corretivas recomendadas.

### **Gestão da continuidade dos negócios**

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Instituição na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

### **Transparência e divulgação**

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Instituição e demonstrar o compromisso da



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

### 36.4 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As políticas, estratégias e limites de exposição ao risco de crédito da CAIXA são apreciadas pelo Comitê de Riscos e aprovadas e revisadas anualmente pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração da CAIXA, o que promove aderência aos objetivos institucionais e empresariais e manutenção das exposições em níveis de risco adequados.

As operações são avaliadas antes da contratação por meio de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação, e reavaliadas, no máximo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behaviour Scoring*, nas exposições de varejo, e reavaliação de *rating* nas demais.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, sob diversos graus e agrupamentos possibilitando, a partir da informação granular de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Na análise de nova modalidade de operação ou de proposta de novas exposições em modalidades existentes é obrigatório o posicionamento das unidades relacionadas ao ciclo de crédito, sendo avaliados os aspectos de conveniência, oportunidade, perda, demais indicadores de risco de crédito a serem considerados na precificação das mesmas, o capital regulatório exigido e, no caso de novas exposições, os limites de exposição.

A CAIXA monitora mensalmente suas carteiras de crédito, realizando análises a partir de indicadores de atraso, provisão e perda.

### Mensuração de risco de crédito

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por meio de modelos baseados em critérios consistentes, com o objetivo de inferir o risco esperado em uma operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* (CS) ou de análise de especialista, a depender das características do tomador e da operação.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações em carteira são reavaliadas periodicamente, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behaviour Scoring* (BS), nas exposições com perfil de varejo, e reavaliação de *rating* nas demais.

### Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias e instrumentos de melhoria de crédito

Descrição	Exposição Máxima		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes</b>	<b>176.001.410</b>	<b>124.413.933</b>	<b>79.856.548</b>
Comercial	60.509.630	47.841.467	28.894.636
Habitacional	98.556.707	64.630.683	44.622.491
Outros	1.986.266	1.455.118	1.024.863
Saneamento Infraestrutura	14.948.807	10.486.665	5.314.558
<b>Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras</b>	<b>20.729.448</b>	<b>33.383.377</b>	<b>36.390.914</b>
Depósitos interfinanceiros	201.687	92.335	2.433.015
Operações compromissadas	12.005.555	29.336.351	30.551.684
Direitos a receber	7.590	11.136	-
Devedores por depósito em garantia	8.514.616	3.943.555	3.406.215
<b>Outros empréstimos e recebíveis</b>	<b>20.987.128</b>	<b>24.570.207</b>	<b>23.145.193</b>
Outros recebíveis (SFH)	20.987.128	24.570.207	23.145.193
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>43.017.119</b>	<b>56.868.030</b>	<b>45.868.926</b>
Títulos públicos	37.463.987	46.390.822	36.386.170
Títulos privados	61.287	54.760	11.422
Derivativos (1)	(1.759)	(619)	(7.326)
Designados ao valor justo	5.493.604	10.423.067	9.478.660
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>2.032.214</b>	<b>4.507.128</b>	<b>18.938.962</b>
Títulos públicos	568.042	3.715.871	18.379.097
Títulos privados	1.464.172	791.257	559.865
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>63.798.259</b>	<b>56.846.949</b>	<b>54.584.483</b>
Títulos públicos	63.798.259	56.544.259	53.611.715
Títulos privados	-	302.690	972.768

(1) Valor líquido (posição ativa - posição passiva).



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Empréstimos e recebíveis

2010					
	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
Em dia e sem <i>impairment</i>	57.897.603	78.163.238	13.033.205	2.038.475	151.132.521
Vencidos, mas não em <i>impairment</i>	5.041.017	20.851.679	1.091.285	25.648	27.009.629
Vencidos em <i>impairment</i>	2.147.100	145.089	61.633	3.736	2.357.558
Analisados individualmente	-	-	878.746	-	878.746
<b>Total da carteira</b>	<b>65.085.720</b>	<b>99.160.006</b>	<b>15.064.869</b>	<b>2.067.859</b>	<b>181.378.454</b>
<b>Provisão:</b>					
Provisão individual	-	-	-	-	-
Provisão coletiva da carteira	(4.576.089)	(603.300)	(116.064)	(81.591)	(5.377.044)
<b>Carteira líquida de provisão</b>	<b>60.509.631</b>	<b>98.556.706</b>	<b>14.948.805</b>	<b>1.986.268</b>	<b>176.001.410</b>

2009					
	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
Em dia e sem <i>impairment</i>	43.840.510	49.505.863	9.249.596	1.435.068	104.031.037
Vencidos, mas não em <i>impairment</i>	6.100.727	15.445.860	367.963	25.897	21.940.447
Vencidos em <i>impairment</i>	1.734.593	114.934	10.635	3.212	1.863.374
Analisados individualmente	19.073	-	1.021.356	-	1.040.429
<b>Total da carteira</b>	<b>51.694.903</b>	<b>65.066.657</b>	<b>10.649.550</b>	<b>1.464.177</b>	<b>128.875.287</b>
<b>Provisão:</b>					
Provisão individual	(19.073)	-	(111.771)	-	(130.844)
Provisão coletiva da carteira	(3.834.361)	(435.974)	(51.116)	(9.059)	(4.330.510)
<b>Carteira líquida de provisão</b>	<b>47.841.469</b>	<b>64.630.683</b>	<b>10.486.663</b>	<b>1.455.118</b>	<b>124.413.933</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Empréstimos em dia e sem *impairment*

2010					
Faixa de <i>Rating</i>	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
<i>Rating</i> 'AA'	8.911.533	50.683	213.128	-	9.175.344
<i>Rating</i> 'A'	33.462.836	37.468.532	9.873.521	2.038.475	82.843.364
<i>Rating</i> 'B'	7.845.469	24.180.379	1.466.030	-	33.491.878
<i>Rating</i> 'C'	3.685.116	14.017.644	835.275	-	18.538.035
<i>Rating</i> 'D'	1.873.511	261.968	578.439	-	2.713.918
<i>Rating</i> 'E'	448.174	159.230	-	-	607.404
<i>Rating</i> 'F'	289.375	128.124	36	-	417.535
<i>Rating</i> 'G'	219.764	106.062	-	-	325.826
<i>Rating</i> 'H'	1.161.825	1.790.616	66.776	-	3.019.217
<b>Total</b>	<b>57.897.603</b>	<b>78.163.238</b>	<b>13.033.205</b>	<b>2.038.475</b>	<b>151.132.521</b>

2009					
Faixa de <i>Rating</i>	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
<i>Rating</i> 'AA'	6.796.041	62.858	338.820	-	7.197.719
<i>Rating</i> 'A'	20.369.272	25.884.503	4.908.368	1.435.068	52.597.211
<i>Rating</i> 'B'	8.583.680	15.029.576	2.215.785	-	25.829.041
<i>Rating</i> 'C'	4.800.308	6.930.191	1.043.364	-	12.773.863
<i>Rating</i> 'D'	1.602.047	198.035	661.535	-	2.461.617
<i>Rating</i> 'E'	193.802	104.388	738	-	298.928
<i>Rating</i> 'F'	156.777	84.008	-	-	240.785
<i>Rating</i> 'G'	323.225	68.638	-	-	391.863
<i>Rating</i> 'H'	1.015.358	1.143.666	80.986	-	2.240.010
<b>Total</b>	<b>43.840.510</b>	<b>49.505.863</b>	<b>9.249.596</b>	<b>1.435.068</b>	<b>104.031.037</b>

### Contratos vencidos

2010					
Faixas de vencimento	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
Vencidos de 1 a 30 dias	3.518.099	15.770.535	828.597	15.474	20.132.705
Vencidos de 31 a 60 dias	1.161.129	315.891	100.209	3.254	1.580.483
Vencidos de 61 a 90 dias	958.083	3.146.584	17.735	3.525	4.125.927
Vencidos de 91 a 180 dias	471.609	853.720	196.983	1.288	1.523.600
Vencidos de 181 a 360 dias	972.619	824.336	9.394	3.829	1.810.178
Vencidos a mais de 360 dias	106.578	85.702	-	2.014	194.294
<b>Total</b>	<b>7.188.117</b>	<b>20.996.768</b>	<b>1.152.918</b>	<b>29.384</b>	<b>29.367.187</b>
<b>Valor da garantia</b>	<b>10.058.711</b>	<b>25.350.274</b>	<b>4.549.590</b>	-	<b>39.958.575</b>
<b>Valor não garantido</b>	-	-	-	<b>(29.384)</b>	<b>(29.384)</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2009					
Faixas de vencimento	Comercial	Habitacional	Saneamento e Infraestrutura	Outros	Total
Vencidos de 1 a 30 dias	4.898.723	11.355.656	290.971	14.644	16.559.994
Vencidos de 31 a 60 dias	654.244	2.544.867	16.054	3.490	3.218.655
Vencidos de 61 a 90 dias	443.830	743.554	15.982	1.418	1.204.784
Vencidos de 91 a 180 dias	824.049	594.919	2.007	3.581	1.424.556
Vencidos de 181 a 360 dias	940.358	245.043	9.395	3.713	1.198.509
Vencidos a mais de 360 dias	74.116	76.755	44.189	2.263	197.323
<b>Total</b>	<b>7.835.320</b>	<b>15.560.794</b>	<b>378.598</b>	<b>29.109</b>	<b>23.803.821</b>
<b>Valor da garantia</b>	<b>8.257.555</b>	<b>22.400.169</b>	<b>1.367.555</b>	-	<b>32.025.279</b>
<b>Valor não garantido</b>	-	-	-	<b>(29.109)</b>	<b>(29.109)</b>

O montante de empréstimos e adiantamentos analisados individualmente para *impairment* foi de R\$ 878.746 no ano de 2010, valor esse referente ao segmento de Saneamento e Infraestrutura. Desse valor não houve nenhum registro de *impairment* pela análise individual.

No ano de 2009, o montante analisado individualmente foi de R\$ 19.073 e R\$ 1.021.356, referentes aos segmentos Comercial e Saneamento e Infraestrutura, respectivamente. Desses valores, apenas o segmento de Saneamento e Infraestrutura registrou *impairment* individual no valor de R\$ 111.771. Neste caso, o valor justo da garantia referente a esse segmento era de R\$ 17.482.

As garantias reais referentes ao segmento de Infraestrutura e saneamento são predominantemente representadas pelo Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Receitas Tarifárias que apresentam boa liquidez e facilidade de execução. O FPM e o FPE são transferências de recursos efetuadas pela União, aos Estados e Municípios, oriundas de arrecadação de impostos junto aos entes da federação.

### Empréstimos Renegociados

Carteira	2010	2009
<b>Operações renegociadas</b>	<b>2.632.371</b>	<b>2.468.213</b>
Comercial	2.082.136	1.948.115
Habitacional	550.235	520.098
<b>Operações Recuperadas</b>	<b>695.192</b>	<b>632.317</b>
Operações Comerciais	336.789	301.267
Operações Habitacionais	358.403	331.050

Os montantes destacados acima representam os contratos renegociados e que, de outra forma, teriam acarretado evidência de *Impairment*.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a análise dos instrumentos de dívida pelo *rating* atribuído de acordo com os modelos internos.

#### Em 31 de dezembro de 2010

Faixas de <i>rating</i>	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento
<i>Rating</i> 'AA'	43.001.359	1.487.323	63.798.259
<i>Rating</i> 'A'	-	163.977	-
<i>Rating</i> 'B'	-	13.062	-
Outros <sup>1</sup>	17.519	64.941	-
<b>Total</b>	<b>43.018.878</b>	<b>1.729.303</b>	<b>63.798.259</b>

#### Em 31 de dezembro de 2009

Faixas de <i>rating</i>	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento
<i>Rating</i> 'AA'	56.854.133	3.909.298	56.544.260
<i>Rating</i> 'A'	-	183.281	-
<i>Rating</i> 'B'	-	65.177	302.690
Outros <sup>1</sup>	14.515	70.682	-
<b>Total</b>	<b>56.868.648</b>	<b>4.228.438</b>	<b>56.846.950</b>

(1) Instrumentos financeiros constituídos por fundos de investimentos em participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não possuem categorização em faixas de *rating* para fins de provisão, uma vez que a exposição a esses veículos é o próprio volume de recursos investidos e cujo risco de crédito já está refletido no valor das cotas. Tais valores estão classificados como Disponíveis para Venda e correspondem a R\$ 302.911 (2009 - R\$ 278.690).

### Recuperação de Garantias

Durante o ano de 2010 a CAIXA obteve ativos por meio de tomada de posse de garantias de contratos celebrados.

Carteira	2010	2009
Comercial	4.004	3.752
Habitacional	136.830	152.885

### 36.5 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrer perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implantada na CAIXA abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco, tanto operações incluídas na carteira de negociação



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quanto nas demais posições e é compatível com a natureza das suas operações, complexidade dos seus produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

### Mensuração do risco de mercado

O início da mensuração do risco de mercado ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos no mercado secundário.

A CAIXA identifica todas as posições mantidas para que a marcação a mercado seja realizada, calcula seus fluxos de caixa e os desconta pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito e diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

As estruturas a termo de taxas de juros são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

#### a) **Value-at-risk (VaR)**

A CAIXA usa a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe a distribuição normal dos retornos da carteira.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado usa técnica de ponderação dos dados *Exponentially Weighted Moving Average* (EWMA), método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro *lambda* escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio do programa de testes de aderência, de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por *Kupiec*. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados se encontram dentro do VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

São considerados violação o resultado negativo e perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

No entanto, o VaR apresenta reconhecidas limitações como modelo único de mensuração de risco, principalmente porque envolve apenas cenários de normalidade. Os testes



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de estresse complementam a visão fornecida pelo cálculo do VaR, possibilitando entender potenciais perdas em situações específicas cuja probabilidade de ocorrer é menor, mas as perdas podem ser expressivas. Os órgãos reguladores têm voltado sua atenção para os testes de estresse e requerendo que os bancos possuam um conjunto deles.

### Carteira *trading* por tipo de Risco

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA

#### Valores em risco em cenário de normalidade (em milhões– R\$)

Fatores de Risco	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PRÉ	8,2	5,7	18,0
Cupom IGP	0,0	0,6	4,9
Cupom IPCA	0,3	0,3	0,2
Cupom SELIC	0,0	0,0	0,2
Cupom TR	-	16,0	-
CDI	-	-	-
VaR sem ED <sup>1</sup>	8,5	22,5	23,4
VaR com ED <sup>1</sup>	8,3	17,1	16,8

(1) ED: Efeito de Diversificação: considera no cálculo do VaR a correlação existente entre os retornos dos diversos fatores de risco do portfólio.

### Risco de Moedas

A CAIXA não apresenta exposição relevante à variação cambial. Os quadros abaixo apresentam o balanço por moedas totalizando os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira.

Descrição	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	23.365	12.461	61	889	36.775
<b>Total do Ativo</b>	<b>23.365</b>	<b>12.461</b>	<b>61</b>	<b>889</b>	<b>36.775</b>
Depósitos	1.603	-	-	-	1.603
Obrigações	78	60	-	-	138
Empréstimos no Exterior	89.380	-	-	-	89.380
<b>Total do Passivo</b>	<b>91.061</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.121</b>
<b>Posição Líquida</b>	<b>(67.696)</b>	<b>12.401</b>	<b>61</b>	<b>889</b>	<b>(54.346)</b>

### b) Testes de Estresse

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse que adota as abordagens de cenários históricos e prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas, respectivamente.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto negativo no valor do portfólio da instituição.

São usados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse e o segundo consiste em encontrar pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da instituição, caso o cenário estabelecido ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças, com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos, e aprovados pelo Comitê de Risco, para alimentação dos modelos de risco.

Atualmente são usados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- I Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- II Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que possam elevar a taxa de juros em níveis acima do considerado no cenário Básico;
- III Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que possam reduzir a taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

Complementa o Programa de Teste de Estresse a análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco, realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

### **36.6 Risco de liquidez**

Consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado, e de que a Instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou, ainda, tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis, o Comitê de Risco estabeleceu regras para administrar o risco de liquidez envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA desenvolveu e implantou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações classificadas nas carteiras negociação e não-negociação e para a mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários em situações de normalidade e de estresse.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada por meio de relatórios sobre a mensuração, monitoramento e controle desse risco diariamente para as Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente para o Comitê de Risco e Conselho Diretor e semestralmente para o Conselho de Administração.

Adicionalmente, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano sistematiza os parâmetros usados para identificar situações de crise, responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos necessários para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início de uma possível crise.

A captação no mercado é a principal fonte de recursos do banco para suportar as aplicações ativas, contemplando as diferentes modalidades de depósitos, os recursos de aceites e emissões e as operações compromissadas realizadas no mercado aberto.

Tendo em vista a atuação da CAIXA como principal agente de execução de políticas públicas do Governo Federal, nos setores de habitação e saneamento, observa-se elevada participação de depósitos de poupança em sua carteira de passivos financeiros.

A segregação das captações no mercado, apresentada no quadro “Passivos financeiros para gerenciamento do risco de liquidez”, considera o prazo de exigibilidade dos passivos conforme regras contratuais, sem levar em conta o prazo médio de permanência (*duration*) dos recursos na instituição.

Os ativos utilizados para suportar o pagamento das obrigações são representados por caixa, depósitos junto ao Banco Central do Brasil, títulos do governo de alta liquidez no mercado, além de outros títulos de dívidas de boa liquidez e aceitação negociados no mercado secundário



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Passivos financeiros e ativos para gerenciamento do risco de liquidez

#### Em 2010

Passivos Financeiros	Sem Vencimento	01 a 90 Dias	91 a 360 Dias	361 a 720 Dias	Acima de 720 dias	31/12/2010
<b>Captação no mercado <sup>(1)</sup></b>	<b>161.183.359</b>	<b>45.138.036</b>	<b>15.132.072</b>	<b>16.599.124</b>	<b>43.985.622</b>	<b>282.038.813</b>
<b>Depósitos <sup>(1)</sup></b>	<b>161.183.359</b>	<b>3.819.297</b>	<b>6.787.504</b>	<b>9.704.481</b>	<b>33.902.761</b>	<b>215.397.402</b>
Depósitos à vista	19.626.291	-	-	-	-	19.626.291
Depósitos de poupança	129.429.635	-	-	-	-	129.429.635
Depósitos Interfinanceiros	1.206.670	-	-	-	-	1.206.670
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	-	3.819.297	6.787.504	9.704.481	10.118.495	30.429.777
Depósitos judiciais	-	-	-	-	23.784.266	23.784.266
Depósitos especiais	10.594.286	-	-	-	-	10.594.286
Outros depósitos	326.477	-	-	-	-	326.477
<b>Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF) <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>1.522.329</b>	<b>3.642.404</b>	<b>3.755.290</b>	<b>2.395.497</b>	<b>11.315.520</b>
<b>Captação no mercado aberto (Compromissadas) <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>39.796.410</b>	<b>3.920.657</b>	<b>2.295.591</b>	<b>-</b>	<b>46.012.658</b>
<b>Instrumento Híbrido de Capital e Dívida <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>781.507</b>	<b>843.762</b>	<b>7.687.364</b>	<b>9.312.633</b>

#### Em 2009

Passivos Financeiros	Sem Vencimento	01 a 90 Dias	91 a 360 Dias	361 a 720 Dias	Acima de 720 dias	31/12/2009
<b>Captação no mercado <sup>(1)</sup></b>	<b>137.043.872</b>	<b>59.126.754</b>	<b>9.970.921</b>	<b>12.066.200</b>	<b>35.016.097</b>	<b>253.223.844</b>
<b>Depósitos <sup>(1)</sup></b>	<b>137.043.872</b>	<b>1.056.054</b>	<b>3.186.064</b>	<b>8.900.837</b>	<b>30.645.799</b>	<b>180.832.626</b>
Depósitos à vista	16.714.242	-	-	-	-	16.714.242
Depósitos de poupança	108.709.642	-	-	-	-	108.709.642
Depósitos Interfinanceiros	29.111	-	-	-	-	29.111
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	-	1.056.054	3.186.064	8.900.837	9.802.441	22.945.396
Depósitos judiciais	-	-	-	-	20.843.358	20.843.358
Depósitos especiais	11.312.425	-	-	-	-	11.312.425
Outros depósitos	278.452	-	-	-	-	278.452
<b>Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF) <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>347.926</b>	<b>1.589.033</b>	<b>22.873</b>	<b>515.609</b>	<b>2.475.441</b>
<b>Captação no mercado aberto (Compromissadas) <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>57.722.774</b>	<b>4.817.247</b>	<b>2.360.984</b>	<b>135.175</b>	<b>65.036.180</b>
<b>Instrumento Híbrido de Capital e Dívida <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>378.577</b>	<b>781.506</b>	<b>3.719.514</b>	<b>4.879.597</b>

(1) Valores contratuais, não descontados; (2) Os valores do pagamento de juros referentes ao instrumento híbrido foram projetados para 10 anos.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 36.7 Valor justo de ativos e passivos financeiros

#### a) Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Operações	Valor Contábil			Valor Justo		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Aplicações em depósitos Interfinanceiros</b>	<b>201.687</b>	<b>92.335</b>	<b>2.433.015</b>	<b>201.687</b>	<b>92.352</b>	<b>2.433.052</b>
<b>Aplicações em operações Compromissadas</b>	<b>12.005.555</b>	<b>29.336.351</b>	<b>30.551.684</b>	<b>12.004.677</b>	<b>29.335.106</b>	<b>30.555.156</b>
<b>TVM mantidos até o vencimento</b>	<b>63.798.259</b>	<b>56.846.949</b>	<b>54.584.483</b>	<b>66.014.409</b>	<b>57.386.014</b>	<b>52.164.755</b>
<b>Operações de crédito e outros créditos</b>	<b>176.001.410</b>	<b>124.413.933</b>	<b>79.856.548</b>	<b>181.043.006</b>	<b>123.292.658</b>	<b>77.866.834</b>
Comercial	60.509.630	47.841.467	28.894.636	66.218.999	48.229.454	30.240.870
Habitação	98.556.707	64.630.683	44.622.491	104.713.947	67.347.505	42.299.373
Infraestrutura/desenvolvimento	14.948.807	10.486.665	5.314.558	6.822.855	5.326.014	3.523.317
Outros créditos	1.986.266	1.455.118	1.024.863	3.287.205	2.389.685	1.803.274
<b>Captações de recursos</b>	<b>41.745.298</b>	<b>25.420.836</b>	<b>19.827.129</b>	<b>43.729.138</b>	<b>25.471.942</b>	<b>19.750.560</b>
CDB/RDB	30.429.778	22.945.395	18.310.265	32.060.008	22.783.386	18.139.218
LCI LH	11.315.520	2.475.441	1.516.864	11.669.130	2.688.556	1.611.342
<b>Captação em operações compromissadas</b>	<b>46.012.658</b>	<b>65.036.181</b>	<b>51.202.769</b>	<b>48.195.231</b>	<b>66.285.435</b>	<b>52.238.079</b>
<b>Obrigações p/ empréstimos e repasses e outras obrigações</b>	<b>57.688.261</b>	<b>41.447.764</b>	<b>30.608.536</b>	<b>48.808.157</b>	<b>36.798.230</b>	<b>27.293.076</b>
Exterior	89.381	9.524	16.974	88.570	9.519	15.932
Tesouro	29.718	27.308	25.086	29.946	26.775	22.856
FGTS	54.172.590	37.857.482	26.954.719	45.387.573	33.585.747	24.254.221
BNDES	1.206.342	856.050	6 74.961	1.348.325	819.768	651.327
Depósitos com remuneração	2.190.230	2.697.400	2.936.796	1.953.743	2.356.421	2.348.740
<b>Instrumento híbrido de capital e dívida</b>	<b>13.016.149</b>	<b>7.966.846</b>	<b>5.688.012</b>	<b>14.491.312</b>	<b>7.705.626</b>	<b>4.644.864</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Hierarquia do *Fair Value*

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela empresa.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.

Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

No Nível 1, o preço de títulos de renda fixa é determinado pela média dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios no dia da apuração. Para as ações listadas em bolsa e para derivativos padronizados o preço de mercado corresponde ao preço de fechamento no dia.

Na inexistência de divulgação de negociações em mercado, consideram-se os preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas por entidades de mercado confiáveis e representativas, tais como ANDIMA e ANBID. Tal situação se enquadra na hierarquia de valor do Nível 2.

Quando as técnicas de avaliação não se enquadram nos Níveis 1 e 2, o valor justo é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A estrutura a termo será composta pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma curva da BM&F com características semelhantes, ou ainda, será utilizada a curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis, quando disponível.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA considera os preços de mercado relevantes e observáveis em suas mensurações, sempre que possível.

### c) Ativos e passivos mensurados ao valor justo por nível de hierarquia

#### Em 2010

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>			
Títulos Públicos	-	42.958	-
Títulos Privados	61	-	-
<b>Total 1</b>	<b>61</b>	<b>42.958</b>	<b>-</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Títulos Públicos	-	5	562
Títulos Privados	209	129	1.126
<b>Total 2</b>	<b>209</b>	<b>134</b>	<b>1.688</b>
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>43.092</b>	<b>1.688</b>

#### Em 2009

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>			
Títulos Públicos	-	56.468	-
Títulos Privados	40	-	-
<b>Total 1</b>	<b>40</b>	<b>56.468</b>	<b>-</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>			
Títulos Públicos	-	208	3.508
Títulos Privados	239	122	430
<b>Total 2</b>	<b>239</b>	<b>330</b>	<b>3.938</b>
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>56.798</b>	<b>3.938</b>

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os exercícios de 2010 e 2009.

A movimentação dos instrumentos no Nível 3 ocorreu principalmente em função de vendas de títulos públicos em 2010 e em 2009 (liquidação dos títulos CVS para pagamento de dividendos à União). Ajustes de marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, divulgados no Nível 3, foram reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente.

Não houve transferência de Nível 3 em relação aos outros níveis durante os exercícios de 2010 e de 2009.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### d) Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

<b>Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes</b> Instrumentos Financeiros - 31 de dezembro 2010 – R\$				
<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Variação de 25%</b>	<b>Variação de 50%</b>
PREFIXADO	Aumento de taxa de juros	(72.752.410)	(1.721.962.179)	(3.263.598.599)
ÍNDICE DE PREÇOS	Aumento de cupons de índice de preços	(38.145.411)	(924.912.135)	(1.792.856.444)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(277.608.490)	(6.295.731.152)	(11.478.449.355)
VARIAÇÃO CAMBIAL	Queda nas taxas de cambio	(2.601)	(65.819)	(133.334)

### 36.8 Estrutura de Capital

A CAIXA adota uma gestão ativa de capital regulamentar com o objetivo de assegurar a permanente adequação aos limites de solvência estabelecidos pela normatização vigente tanto em situações de normalidade quanto de estresse.

A Instituição reconhece que a avaliação e a determinação precisa da necessidade de capital para suportar o nível de risco incorrido é uma condição essencial para a implementação de estratégias de negócio sustentáveis.

A gestão de capital é realizada por meio de modelos de simulação da evolução do Patrimônio de Referência e da exigência para cada uma das categorias de risco, e da integração da avaliação da suficiência ao processo de definição de planos de negócios e ao planejamento estratégico.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### **Basiléia II**

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco.

O Projeto reflete o devido reconhecimento e priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos e visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos padronizados e internos dos riscos de mercado, crédito e operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos em todas as categorias de riscos.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 36.9 Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções CMN nº 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	31/12/2010	31/12/2009
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>32.569.539</b>	<b>26.245.187</b>
<b>NÍVEL I</b>	<b>16.922.988</b>	<b>14.970.201</b>
Patrimônio Líquido	15.436.950	13.143.767
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.207.346	1.952.635
Reservas de Reavaliação	(478.318)	(509.236)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(178.770)	(89.609)
Ativo Permanente Diferido	(59.059)	(97.230)
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.161)	(1.780)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	571.654
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-
<b>NÍVEL II</b>	<b>15.647.401</b>	<b>11.276.219</b>
Reservas de Reavaliação	478.318	509.236
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	10.074.721	6.014.211
Instrumentos de Dívida Subordinada	5.089.201	4.750.992
Ajuste ao Valor de Mercado	5.161	1.780
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-
<b>DEDUÇÕES DO PR</b>	<b>(849)</b>	<b>(1.233)</b>
Participação em instituição financeira no exterior	(849)	(1.233)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)</b>	<b>23.203.522</b>	<b>16.502.933</b>
Risco de Crédito	21.546.092	15.227.231
Risco de Mercado	36.847	89.127
Risco Operacional	1.620.583	1.186.575
<b>MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)</b>	<b>9.366.017</b>	<b>9.742.254</b>
<b>ÍNDICE DE BASILÉIA</b> $\left( \frac{PR \times 100}{PRE} \right)$ <b>0,11</b>	<b>15,44</b>	<b>17,49</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 37 Análise de vencimento de ativos e passivos

#### a.1) Análise de vencimento de ativos em 2010

Ativo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
<b>Disponibilidades e reservas no BACEN (Nota 3)</b>	<b>57.418.384</b>	<b>156.494</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.574.878</b>
<b>Ativos financeiros ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>10.558.375</b>	<b>10.685.602</b>	<b>16.329.484</b>	<b>5.445.418</b>	<b>43.018.879</b>
Ativos financeiros mantidos para negociação (Nota 37-b.1)	-	10.310.994	9.517.538	12.250.810	5.445.932	37.525.274
Derivativos (Nota 6)	-	1	-	-	-	1
Designados ao valor justo	-	247.380	1.168.064	4.078.674	(514)	5.493.604
<b>Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras (Nota 4.1)</b>	<b>-</b>	<b>12.005.555</b>	<b>8.710.702</b>	<b>13.191</b>	<b>-</b>	<b>20.729.448</b>
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes (Nota 4.2)</b>	<b>-</b>	<b>16.363.667</b>	<b>25.170.693</b>	<b>134.467.050</b>	<b>-</b>	<b>176.001.410</b>
Empréstimos e títulos descontados	-	7.782.522	13.815.516	27.224.690	-	48.822.728
Financiamentos	-	8.015.383	15.538.304	107.213.178	-	130.766.865
Outros recebíveis com clientes	-	565.762	1.193.917	29.182	-	1.788.861
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	-	-	(5.377.044)	-	-	(5.377.044)
<b>Outros empréstimos e recebíveis (Nota 4.3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.987.128</b>	<b>-</b>	<b>20.987.128</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis p/ venda (Nota 37-b.2)</b>	<b>302.911</b>	<b>80</b>	<b>724.187</b>	<b>1.160.201</b>	<b>(155.165)</b>	<b>2.032.214</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 37-b.3)</b>	<b>-</b>	<b>11.242.451</b>	<b>8.239.107</b>	<b>49.979.267</b>	<b>(5.662.566)</b>	<b>63.798.259</b>
<b>Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto (Nota 10)</b>	<b>1.990.324</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.990.324</b>
<b>Ativo intangível (Nota 12)</b>	<b>1.285.341</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.285.341</b>
<b>Ativo imobilizado (Nota 11)</b>	<b>1.998.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.998.456</b>
<b>Outros ativos (Nota 15)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.468.288</b>	<b>(155.156)</b>	<b>-</b>	<b>3.313.132</b>
<b>Ativos não correntes mantidos p/ venda (Nota 9)</b>	<b>692.125</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>692.125</b>
<b>Ativo fiscal diferido (Nota 13)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.029.885</b>	<b>6.561.679</b>	<b>-</b>	<b>8.591.564</b>
<b>Desp. antecipadas e adiantamentos concedidos (Nota 14)</b>	<b>-</b>	<b>2.259.782</b>	<b>820.001</b>	<b>33.226</b>	<b>-</b>	<b>3.113.009</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>63.687.541</b>	<b>52.586.404</b>	<b>59.848.465</b>	<b>229.376.070</b>	<b>(372.313)</b>	<b>405.126.167</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a.2) Análise de vencimento de passivos em 2010

Passivo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
<b>Depósitos de instituições financeiras (Nota 16.1)</b>	<b>17.678</b>	<b>1.183.729</b>	<b>19.856</b>	<b>3.085</b>	-	<b>1.224.348</b>
<b>Depósitos de clientes (Nota 16.2)</b>	<b>159.957.331</b>	<b>2.416.197</b>	<b>4.911.214</b>	<b>46.880.002</b>	-	<b>214.164.744</b>
Depósitos à vista	19.606.933	-	-	-	-	19.606.933
Depósitos de poupança	129.429.635	-	-	-	-	129.429.635
Depósitos a prazo	-	2.416.197	4.911.214	46.880.002	-	54.207.413
Depósitos especiais	10.594.286	-	-	-	-	10.594.286
Outros depósitos	326.477	-	-	-	-	326.477
<b>Recursos para destinação específica (Nota 17)</b>	<b>-</b>	<b>1.105.902</b>	<b>3.819.566</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.925.468</b>
Obrigações de operações com loterias	-	920.316	-	-	-	920.316
Obrigações por fundos e programas sociais	-	185.586	2.793.023	-	-	2.978.609
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	937.561	-	-	937.561
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	88.982	-	-	88.982
<b>Derivativos (Nota 6)</b>	<b>-</b>	<b>1.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>1.760</b>
<b>Empréstimos de tít. e op. compromissadas (Nota 5)</b>	<b>-</b>	<b>39.102.956</b>	<b>3.852.338</b>	<b>2.255.591</b>	<b>-</b>	<b>45.210.885</b>
<b>Instrumentos de dívida (Nota 18)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.533.900</b>	<b>21.797.770</b>	<b>-</b>	<b>24.331.670</b>
Recursos de letras imobiliárias	-	-	2.533.900	8.781.620	-	11.315.520
Obrigações por instrumentos híbridos	-	-	-	13.016.150	-	13.016.150
<b>Benefícios a empregados (Nota 20)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.403.352</b>	<b>5.840.202</b>	<b>-</b>	<b>7.243.554</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)</b>	<b>-</b>	<b>19.832</b>	<b>700.387</b>	<b>60.380.134</b>	<b>-</b>	<b>61.100.353</b>
<b>Provisões para passivos contingentes (Nota 21)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.630.171</b>	<b>-</b>	<b>7.630.171</b>
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	575.572	-	575.572
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	4.367.111	-	4.367.111
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	2.687.488	-	2.687.488
<b>Passivo fiscal diferido (Nota 22)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>356.877</b>	<b>-</b>	<b>356.877</b>
<b>Outras obrigações (Nota 23)</b>	<b>-</b>	<b>9.253.178</b>	<b>3.202.042</b>	<b>666.040</b>	<b>-</b>	<b>13.121.260</b>
<b>Dívidas subordinadas elegíveis a capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.089.201</b>	<b>-</b>	<b>5.089.201</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>159.975.009</b>	<b>53.083.437</b>	<b>20.442.655</b>	<b>150.899.073</b>	<b>117</b>	<b>384.400.291</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a.3) Análise de vencimento de ativos em 2009

Ativo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
<b>Disponibilidades e reservas no BACEN (Nota 3)</b>	<b>28.274.469</b>	<b>130.445</b>	-	-	-	<b>28.404.914</b>
<b>Ativos financeiros ao valor justo</b>	-	<b>23.656.600</b>	<b>12.351.837</b>	<b>20.841.227</b>	<b>19.381</b>	<b>56.869.045</b>
Ativos financeiros mantidos para negociação (Nota 37-b.1)	-	18.486.026	12.106.333	15.835.916	17.307	46.445.582
Derivativos (Nota 6)	-	396	-	-	-	396
Designados ao valor justo	-	5.170.178	245.504	5.005.311	2.074	10.423.067
<b>Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras (Nota 4.1)</b>	-	<b>29.336.351</b>	<b>4.031.356</b>	<b>15.670</b>	-	<b>33.383.377</b>
<b>Empréstimos e recebíveis com clientes (Nota 4.2)</b>	-	<b>14.371.272</b>	<b>20.742.177</b>	<b>89.300.484</b>	-	<b>124.413.933</b>
Empréstimos e títulos descontados	-	8.924.608	12.832.025	19.358.806	-	41.115.439
Financiamentos	-	5.300.999	11.125.023	69.815.590	-	86.241.612
Outros recebíveis com clientes	-	145.665	1.246.484	126.088	-	1.518.237
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	-	-	(4.461.355)	-	-	(4.461.355)
<b>Outros empréstimos e recebíveis (Nota 4.3)</b>	-	-	-	<b>24.570.207</b>	-	<b>24.570.207</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis p/ venda (Nota 37-b.2)</b>	<b>278.689</b>	-	<b>13.907</b>	<b>4.662.872</b>	<b>(448.340)</b>	<b>4.507.128</b>
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Nota 37-b.3)</b>	-	-	<b>1.092.765</b>	<b>55.754.184</b>	-	<b>56.846.949</b>
<b>Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto (Nota 10)</b>	<b>1.820.997</b>	-	-	-	-	<b>1.820.997</b>
<b>Ativo intangível (Nota 12)</b>	<b>835.741</b>	-	-	-	-	<b>835.741</b>
<b>Ativo imobilizado (Nota 11)</b>	<b>1.874.745</b>	-	-	-	-	<b>1.874.745</b>
<b>Outros ativos (Nota 15)</b>	-	-	<b>885.727</b>	<b>161.816</b>	-	<b>1.047.543</b>
<b>Ativos não correntes mantidos p/ venda (Nota 9)</b>	<b>719.501</b>	-	-	-	-	<b>719.501</b>
<b>Ativo fiscal diferido (Nota 13)</b>	-	-	<b>129.077</b>	<b>7.267.803</b>	-	<b>7.396.880</b>
<b>Desp. antecipadas e adiantamentos concedidos (Nota 14)</b>	-	<b>763.369</b>	<b>1.116.074</b>	<b>32.943</b>	-	<b>1.912.386</b>
<b>Total de ativos</b>	<b>33.804.142</b>	<b>68.258.037</b>	<b>40.362.920</b>	<b>207.607.206</b>	<b>(428.959)</b>	<b>344.603.346</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a.4) Análise de vencimento de passivos em 2009

Passivo	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
<b>Depósitos de instituições financeiras (Nota 16.1)</b>	<b>14.870</b>	<b>15.591</b>	<b>13.520</b>	-	-	<b>43.981</b>
<b>Depósitos de clientes (Nota 16.2)</b>	<b>136.995.103</b>	<b>1.056.054</b>	<b>3.186.064</b>	<b>39.546.636</b>	-	<b>180.783.857</b>
Depósitos à vista	16.694.564	-	-	-	-	16.694.564
Depósitos de poupança	108.709.642	-	-	-	-	108.709.642
Depósitos a prazo	-	1.056.054	3.186.064	39.546.636	-	43.788.754
Depósitos especiais	11.312.425	-	-	-	-	11.312.425
Outros depósitos	278.472	-	-	-	-	278.472
<b>Recursos para destinação específica (Nota 17)</b>	-	<b>849.092</b>	<b>3.310.850</b>	-	-	<b>4.159.942</b>
Obrigações de operações com loterias	-	767.888	-	-	-	767.888
Obrigações por fundos e programas sociais	-	81.204	2.311.240	-	-	2.392.444
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	949.679	-	-	949.679
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	49.931	-	-	49.931
<b>Derivativos (Nota 6)</b>	-	<b>982</b>	-	-	<b>33</b>	<b>1.015</b>
<b>Empréstimos de tít. e op. compromissadas (Nota 5)</b>	-	<b>57.059.428</b>	<b>4.790.683</b>	<b>2.438.679</b>	-	<b>64.288.790</b>
<b>Instrumentos de dívida (Nota 18)</b>	-	<b>15.527</b>	<b>1.881.506</b>	<b>8.545.254</b>	-	<b>10.442.287</b>
Recursos de letras imobiliárias	-	15.527	1.881.506	578.408	-	2.475.441
Obrigações por instrumentos híbridos	-	-	-	7.966.846	-	7.966.846
<b>Benefícios a empregados (Nota 20)</b>	-	-	<b>1.295.182</b>	<b>5.534.145</b>	-	<b>6.829.327</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)</b>	-	<b>780</b>	<b>27.839</b>	<b>41.090.885</b>	-	<b>41.119.504</b>
<b>Provisões para passivos contingentes (Nota 21)</b>	-	-	-	<b>6.800.272</b>	-	<b>6.800.272</b>
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	489.826	-	489.826
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	3.883.456	-	3.883.456
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	2.426.990	-	2.426.990
<b>Passivo fiscal diferido (Nota 22)</b>	-	-	-	<b>414.839</b>	-	<b>414.839</b>
<b>Outras obrigações (Nota 23)</b>	-	<b>5.552.367</b>	<b>2.436.360</b>	<b>680.015</b>	-	<b>8.668.742</b>
<b>Dívidas subordinadas elegíveis a capital</b>	-	-	-	<b>4.750.992</b>	-	<b>4.750.992</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>137.009.973</b>	<b>64.549.821</b>	<b>16.942.004</b>	<b>109.801.717</b>	<b>33</b>	<b>328.303.548</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a.5) Análise de vencimentos (líquida)

#### Em 2010

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Total de ativos	63.687.541	52.586.404	59.848.465	229.376.070	(372.313)	405.126.167
Total de passivos	183.752.645	53.083.437	20.442.655	127.121.437	117	384.400.291
<b>Líquido (Ativo – Passivo)</b>	(120.065.104)	(497.033)	39.405.810	102.254.633	(372.430)	20.725.876

#### Em 2009

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado	31 de dezembro
Total de ativos	33.804.142	68.258.037	40.362.920	202.607.206	(428.959)	344.603.346
Total de passivos	137.009.973	64.576.697	16.953.797	109.805.190	33	328.345.690
<b>Líquido (Ativo – Passivo)</b>	(103.205.831)	3.681.340	23.409.123	92.802.016	(428.992)	16.257.656



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Detalhamento dos títulos e valores mobiliários**

**b.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 2010**

<b>Ativos ao valor justo com ajuste no resultado</b>	<b>01 a 90 dias</b>	<b>91 a 360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Ativos Financeiros mantidos para negociação</b>	<b>10.558.375</b>	<b>10.685.603</b>	<b>16.323.562</b>	<b>37.567.540</b>	<b>37.525.274</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>10.558.375</b>	<b>10.685.603</b>	<b>16.262.405</b>	<b>37.506.383</b>	<b>37.463.987</b>
Letras Financeiras do Tesouro	445.081	2.584.234	4.103.686	7.133.001	7.132.083
Letras do Tesouro Nacional	7.078.136	8.101.369	6.979.308	22.158.813	22.134.575
Notas do Tesouro Nacional	3.035.158	-	5.179.411	8.214.569	8.197.329
<b>Títulos privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.157</b>	<b>61.157</b>	<b>61.287</b>
Debêntures	-	-	43.638	43.638	43.768
Cotas de fundos	-	-	17.519	17.519	17.519
<b>Designados ao valor justo</b>	<b>247.380</b>	<b>1.168.064</b>	<b>4.078.674</b>	<b>5.494.118</b>	<b>5.493.604</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>247.380</b>	<b>1.168.064</b>	<b>4.078.674</b>	<b>5.494.118</b>	<b>5.493.604</b>
Letras Financeiras do Tesouro	247.380	1.168.064	4.078.674	5.494.118	5.493.604
<b>Derivativos (ativo)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Derivativos (passivo)</b>	<b>1.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.643</b>	<b>1.760</b>
<b>TVM e Derivativos (ativo)</b>	<b>10.805.756</b>	<b>11.853.667</b>	<b>20.402.236</b>	<b>43.061.659</b>	<b>43.018.879</b>
<b>TVM e Derivativos (passivo)</b>	<b>1.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.643</b>	<b>1.760</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b.2) Ativos financeiros disponíveis para venda em 2010

Ativos Disponíveis para Venda	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	-	-	<b>592.881</b>	<b>592.881</b>	<b>568.042</b>
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	63.605	63.605	64.318
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	210.757	210.757	211.313
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.998	3.998	6.196
Título da Dívida Agrária	-	-	-	254	254	266
Títulos CVS	-	-	-	168.449	168.449	140.131
Outros	-	-	-	145.818	145.818	145.818
<b>Títulos privados</b>	<b>159.258</b>	-	<b>724.187</b>	<b>396.091</b>	<b>1.279.536</b>	<b>1.464.172</b>
Ações	97.643	-	-	-	97.643	241.295
Debêntures	-	-	-	300.302	300.302	308.118
Notas promissórias	-	-	724.187	-	724.187	723.967
Cotas de fundos	61.615	-	-	7.881	69.496	69.496
Títulos no exterior	-	-	-	24.956	24.956	57.061
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	62.952	62.952	64.235
<b>Total</b>	<b>159.258</b>	-	<b>724.187</b>	<b>988.972</b>	<b>1.872.417</b>	<b>2.032.214</b>

### b.3) Ativos financeiros mantidos até o vencimento em 2010

Ativos Mantidos até o Vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	<b>9.683.463</b>	<b>7.071.043</b>	<b>47.043.753</b>	<b>63.798.259</b>	<b>66.014.409</b>
Letras do Tesouro Nacional	9.683.463	-	-	9.683.463	9.682.131
Notas do Tesouro Nacional	-	7.071.043	47.043.753	54.114.796	56.332.278
<b>Total</b>	<b>9.683.463</b>	<b>7.071.043</b>	<b>47.043.753</b>	<b>63.798.259</b>	<b>66.014.409</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b.4) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 2009**

<b>Ativos ao valor justo com ajuste no resultado</b>	<b>01 a 90 dias</b>	<b>91 a 360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Ativos Financeiros mantidos para negociação</b>	<b>18.486.026</b>	<b>12.106.333</b>	<b>15.835.917</b>	<b>46.428.276</b>	<b>46.445.582</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>18.486.026</b>	<b>12.106.333</b>	<b>15.781.231</b>	<b>46.373.590</b>	<b>46.390.822</b>
Letras Financeiras do Tesouro	3.278	1.028.648	6.512.311	7.544.237	7.543.167
Letras do Tesouro Nacional	3.893.890	8.414.905	5.848.090	18.156.885	18.138.673
Notas do Tesouro Nacional	14.588.858	2.662.780	3.420.830	20.672.468	20.708.982
<b>Títulos privados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54.686</b>	<b>54.686</b>	<b>54.760</b>
Debêntures	-	-	40.171	40.171	40.245
Cotas de fundos	-	-	14.515	14.515	14.515
<b>Designados ao valor justo</b>	<b>5.170.178</b>	<b>245.504</b>	<b>5.005.311</b>	<b>10.420.993</b>	<b>10.423.067</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	<b>5.170.178</b>	<b>245.504</b>	<b>5.005.311</b>	<b>10.420.993</b>	<b>10.423.067</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.170.178	245.504	5.005.311	10.420.993	10.423.067
<b>Derivativos (ativo)</b>	<b>396</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>396</b>	<b>396</b>
<b>Derivativos (passivo)</b>	<b>982</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>982</b>	<b>1.015</b>
<b>TVM e Derivativos (ativo)</b>	<b>23.656.600</b>	<b>12.351.837</b>	<b>20.841.228</b>	<b>56.849.665</b>	<b>56.869.045</b>
<b>TVM e Derivativos (passivo)</b>	<b>982</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>982</b>	<b>1.015</b>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b.5) Ativos financeiros disponíveis para venda em 2009**

<b>Ativos Disponíveis para Venda</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>01 a 90 dias</b>	<b>91 a 360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	-	-	<b>13.906</b>	<b>4.201.039</b>	<b>4.214.945</b>	<b>3.715.871</b>
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	57.283	57.283	57.369
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	259.003	259.003	260.053
Notas do Tesouro Nacional	-	-	13.906	189.739	203.645	207.829
Títulos CVS	-	-	-	3.203.026	3.203.026	2.698.868
Títulos da dívida agrária	-	-	-	260	260	260
Outros	-	-	-	491.728	491.728	491.492
<b>Títulos Privados</b>	<b>98.390</b>	-	-	<b>469.306</b>	<b>470.053</b>	<b>791.257</b>
Ações	97.643	-	-	-	-	270.731
Debêntures	-	-	-	366.428	366.428	371.913
Cotas de fundos	747	-	-	7.881	8.628	8.628
Títulos no exterior	-	-	-	24.956	24.956	70.682
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	70.041	70.041	69.303
<b>Total</b>	<b>98.390</b>	-	<b>13.906</b>	<b>4.670.345</b>	<b>4.684.998</b>	<b>4.507.128</b>

**b.6) Ativos financeiros mantidos até o vencimento em 2009**

<b>Ativos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>01 a 90 dias</b>	<b>91 a 360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Títulos públicos Brasil</b>	-	<b>790.075</b>	<b>55.754.185</b>	<b>56.544.260</b>	<b>57.083.034</b>
Letras do Tesouro Nacional	-	-	8.792.353	8.792.353	8.765.069
Notas do Tesouro Nacional	-	790.075	46.961.832	47.751.907	48.317.965
<b>Títulos privados</b>	-	<b>302.689</b>	-	<b>302.689</b>	<b>302.980</b>
Notas promissórias	-	302.689	-	302.689	302.980
<b>Total</b>	-	<b>1.092.764</b>	<b>55.754.185</b>	<b>56.846.949</b>	<b>57.386.014</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 38 Partes relacionadas

A CAIXA constituiu a CAIXA Participações S.A. (CAIXAPAR), subsidiária integral na forma de sociedade por ações, com participação de 5,91% na Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN), 8,32% na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (CBMP/Cielo), 9,09% na Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC) e 48,21% na CAIXA Seguros.

Em 1º de dezembro de 2009 o Conselho de Administração da CAIXAPAR aprovou a aquisição de ações do Banco Panamericano S.A., com 49% do capital social votante e 20,69% das ações preferenciais, totalizando 35,54% do capital social total.

A CAIXA não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD), sobre os saldos pendentes com partes relacionadas.

#### a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos à alta administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2010	2009
Benefícios de curto prazo	9.277	8.985
Proventos	7.502	6.939
Encargos Sociais	1.775	2.046
<b>TOTAL</b>	<b>18.554</b>	<b>17.970</b>

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/87 e Lei nº 8.852/94:

Descrição	2010		2009	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	31.628	26.723	30.063	24.985
Salário médio	28.750	4.925	26.969	4.402
Menor salário	28.488	1.600	22.573	1.160

A CAIXA não tem remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos empregados da CAIXA.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

A CAIXA realiza operações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis.

Descrição	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>ATIVOS</b>	<b>1.582.490</b>	<b>729.366</b>	<b>317.947</b>
<b>Aplicações em Dep. Interfinanceiros</b>	<b>202.059</b>	-	
Banco Panamericano	202.059	-	
<b>Rendas a receber</b>	<b>952.840</b>	<b>729.366</b>	<b>317.947</b>
CAIXA Seguros	-	86.997	211.964
CAIXAPAR	112.842	1.854	-
OGU - Orçamento Geral da União	839.998	640.515	105.983
<b>Créditos adquiridos</b>	<b>427.591</b>	-	-
Banco Panamericano	427.591	-	-
<b>PASSIVOS</b>	<b>1.073.182</b>	<b>1.269.037</b>	<b>424.903</b>
<b>Depósitos à vista</b>	<b>242.730</b>	<b>494.888</b>	<b>399.699</b>
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	242.183	482.654	393.699
CAIXA Seguros	-	10.778	4.009
FUNCEF	471	1.433	1.991
CAIXAPAR	76	23	-
<b>Obrigações por operações compromissadas</b>	<b>801.773</b>	<b>747.317</b>	
CAIXAPAR	801.773	747.317	-
<b>Repasses do país - instituições oficiais</b>	<b>13</b>	<b>581</b>	<b>118</b>
OGU - Orçamento Geral da União	13	581	118
<b>Obrigações diversas</b>	<b>28.666</b>	<b>26.251</b>	<b>25.086</b>
OGU - Orçamento Geral da União	28.666	26.251	25.086
<b>RECEITAS</b>	<b>1.029.774</b>	<b>794.289</b>	<b>539.132</b>
<b>Rendas de prestação de serviços</b>	<b>437.622</b>	<b>360.411</b>	<b>278.862</b>
CAIXA Seguros	349.339	283.459	208.594
OGU - Orçamento Geral da União	88.283	76.952	70.268
<b>Rendas de participações</b>	<b>481.273</b>	<b>325.242</b>	<b>260.270</b>
CAIXA Seguros	6.143	317.434	260.270
CAIXAPAR	475.130	7.808	-
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>110.879</b>	<b>108.636</b>	-
OGU - Orçamento Geral da União	110.879	108.636	-
<b>DESPESAS</b>	<b>111.628</b>	<b>53.624</b>	<b>42.428</b>
<b>Despesas com operações compromissadas</b>	<b>70.184</b>	<b>13.662</b>	-
CAIXAPAR	70.184	13.662	-
<b>Despesas administrativas - aluguéis</b>	<b>38.398</b>	<b>36.857</b>	<b>35.209</b>
FUNCEF	38.398	36.857	35.209
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>3.046</b>	<b>3.105</b>	<b>7.219</b>
OGU - Orçamento Geral da União e Outros	3.046	3.105	7.219

\* As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

\*\* Banco Panamericano (controle compartilhado); CAIXA Seguros (coligada); CAIXAPAR (controlada)



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 39 Eventos após a data do balanço

#### Banco Panamericano S.A.

Conforme fato relevante divulgado pelo Banco Panamericano S.A., em 31 de janeiro de 2011, a Silvio Santos Participações S.A. (SSP) e BF Utilidades Domesticas Ltda. celebraram contrato de compra e venda de ações e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual), por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir todas as ações emitidas pelo Banco Panamericano S.A. de propriedade das vendedoras correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, ambas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As referidas ações foram negociadas por R\$ 450 milhões, sendo este valor corrigido, a partir da data de conclusão do negócio até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, podendo ser pago a qualquer momento, a critério do BTG Pactual.

A data limite para o respectivo pagamento é 31 de julho de 2028 e o valor está limitado a R\$ 3,800 bilhões.

A CAIXA reitera seu compromisso de manter a parceria estratégica com o Banco Panamericano S.A. por meio de um Acordo de Cooperação Operacional, no qual a CAIXA e o BTG Pactual adquirirão direitos creditórios e aplicação em depósitos interfinanceiros do Banco.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR, sociedade por ações, subsidiária integral da CAIXA, mantém inalterada a sua participação na instituição financeira, não participando da oferta pública que será realizada pelo BTG Pactual.

O BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

O Banco Panamericano S.A. optou por divulgar, em fevereiro de 2011 o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, utilizando, para efeito de comparação, a situação patrimonial do Balanço Patrimonial de Abertura em 30 de novembro de 2010 ao invés daquela relativa a 31 de dezembro de 2009, em decorrência da inviabilidade de se mensurar, pelo exercício social já encerrado, as significativas distorções contábeis decorrentes das inconsistências e demais irregularidades identificadas, ou mesmo, de se reelaborar demonstrações financeiras confiáveis de exercícios anteriores.

A CAIXA, até a data de divulgação de suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR, não dispõe ainda de informações analíticas que possibilitam apurar os valores justos dos ativos e passivos do Banco Panamericano S.A. para confrontar com o preço de aquisição e efetuar os adequados registros de seu ativo. Adicionalmente, o Banco Panamericano S.A. não preparou suas demonstrações financeiras em IFRS.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Distribuição do resultado 2010

Em 24 de fevereiro de 2011 foi aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda, a distribuição do resultado da CAIXA 2010 conforme segue:

Destinação do Resultado do Exercício de 2010	Proposto	Aprovado em 24/02/2011
<b>Lucro líquido</b>	<b>3.764.411</b>	<b>3.764.411</b>
<b>Reserva legal</b>	<b>(163.316)</b>	<b>(163.316)</b>
Reserva legal	(188.221)	(188.221)
Realização da Reserva legal	24.905	24.905
<b>Reserva de Lucros</b>	<b>(1.902.756)</b>	<b>(900.274)</b>
Reserva estatutária - Loterias	(357.448)	(357.448)
Reserva estatutária - Margem operacional	(1.545.308)	(542.826)
<b>Dividendos</b>	<b>(1.698.339)</b>	<b>(2.700.821)</b>

Dividendos pagos (antecipação) em 2010: R\$ 1.698.339.

Dividendos pagos em 2011: R\$ 1.002.482

### Nota 40 Primeira adoção ao IFRS

No ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2009 e em todos os períodos anteriores, a CAIXA preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e as resoluções promulgadas pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício concluído em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas em concordância com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), com o saldo de abertura posicionado em 1º de janeiro de 2009, data da transição para o IFRS.

#### 40.1 Reconciliação do Patrimônio Líquido

Os ajustes para elaboração do balanço de abertura em IFRS foram preparados com base nas demonstrações financeiras da CAIXA em 31 de dezembro de 2008, elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e as normas reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Ajustes do Patrimônio Líquido - convergência ao IFRS		31/12/2009	01/01/2009
<b>Saldo em BRGAAP</b>		<b>13.143.767</b>	<b>12.704.670</b>
I	Reclassificação da carteira de TVM	(663.906)	(1.282.687)
II	Utilização da TJE para ativos financeiros	(184.179)	(134.148)
III	Empréstimos - provisão e baixas por prejuízo	5.586.762	4.175.208
IV	Créditos tributários	(1.396.871)	(734.253)
V	Baixa de ativo diferido	(76.982)	(132.412)
VI	Dividendos declarados	-	697.841
VII	Reversão de contingências passivas	-	683.146
VIII	Provisão do programa pontos de cartões de crédito	(7.910)	(34.799)
IX	Outros	(122.761)	(51.154)
<b>Saldo em IFRS</b>		<b>16.277.920</b>	<b>15.891.412</b>



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo das reservas de reavaliação decorrente da última avaliação patrimonial ocorrida em 2006, no montante de R\$ 551 milhões, foi transferido para a conta "Ajustes Patrimoniais", no Patrimônio Líquido (PL), em consequência de sua utilização como custo presumido no balanço de abertura em IFRS.

O item "VI" representa ajuste permutativo entre o passivo e o PL e os demais itens representam ajustes modificativos de ativos ou passivos.

### **I Reclassificação da carteira de TVM**

O IFRS 1 permite a reclassificação das categorias dos ativos financeiros na data de transição para o IFRS.

A CAIXA possui permissão para liquidar obrigações junto ao FIES e FCVS, bem como pagar dividendos ao Tesouro Nacional, seu controlador, com títulos CVS registrados na categoria "mantidos até o vencimento".

A CAIXA reclassificou toda a sua carteira de títulos CVS para a categoria "disponível para venda" devido à restrição da IAS 39 quanto à venda de títulos classificados como "mantidos até o vencimento", o que reduziu este ativo em R\$ 1.282 milhões em consequência da marcação a valor de mercado.

A CAIXA participa dos alongamentos da dívida pública, conforme autorização prevista na Resolução do CMN 3.181, de 29/03/2004.

Montantes significativos de títulos classificados como "mantidos até o vencimento" são usados para alongamentos da dívida pública, operação permitida pelo BRGAAP, não prevista na IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

Desta forma, parte da carteira de títulos públicos foi designada a "valor justo com ajuste ao resultado" e "disponível para venda", com um ajuste positivo de marcação a valor de mercado.

### **II Utilização da Taxa de Juros Efetiva para Ativos Financeiros**

O saldo da carteira de títulos privados foi reduzido com a incorporação de receitas incrementais identificadas, reconhecidas à vista como receita de prestação de serviços e que, nas demonstrações em IFRS, são apropriadas como juros da carteira, ao longo do prazo a decorrer dos papéis, em atendimento a IAS 39.

De acordo com o mesmo princípio da IAS 39, o saldo dos empréstimos também foi ajustado, com a incorporação de receitas incrementais relevantes identificadas em operações comerciais com pessoa jurídica e em financiamentos habitacionais, reconhecidas anteriormente a vista como receita de prestação de serviços.

### **III Empréstimos – Provisão e Baixas por Prejuízo**

De acordo com a IAS 39, a avaliação quanto à perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser realizada individualmente (análise individual) ou em grupo (análise coletiva), conforme a relevância do ativo financeiro em relação à sua classe de ativos.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA, foi definido como critério geral, o valor de R\$ 10 milhões como ponto de corte para a segregação das operações de crédito entre análise individual e coletiva.

Para as operações avaliadas individualmente, o valor da perda foi mensurado comparando-se o valor contábil do ativo com os fluxos de caixa futuros estimados das respectivas operações, não se considerando as perdas de crédito futuras não incorridas como, por exemplo, alteração na taxa SELIC no mercado, entre outras, descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para as operações coletivas, a provisão foi estabelecida a partir da perda média histórica da carteira de crédito conforme metodologia definida pela área de risco da CAIXA.

A diferença entre a provisão constituída de acordo com o BRGAAP e a provisão calculada conforme critérios definidos para o IFRS foi reconhecida como ajuste de primeira adoção, no balanço de abertura em IFRS, indicando reversões de provisão.

As operações com prazo a decorrer inferior a 36 meses que estiverem em atraso serão baixadas para prejuízo 180 dias depois do provisionamento integral do saldo da operação e, para as operações com prazo a decorrer igual ou superior a 36 meses, a baixa para prejuízo ocorrerá 360 dias depois do provisionamento integral do saldo da operação de crédito.

A política definida pela CAIXA para baixas de operações de crédito a prejuízo é aplicada a uma parte da reversão de provisão.

### **IV Créditos Tributários**

Os ajustes em contas ativas e passivas, decorrentes da 1ª adoção ao IFRS, impactaram a base de cálculo dos créditos tributários por diferenças temporárias, reduzindo o ativo fiscal diferido e aumentando o passivo fiscal diferido.

### **V Baixa de Ativo Diferido**

Segundo a IAS 38 (Ativo Intangível), quando um ativo não atender à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa.

A CAIXA reconheceu em suas demonstrações financeiras em BRGAAP, de acordo com autorização do BACEN, gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros como ativo diferido.

Para atender à norma internacional, os referidos gastos foram baixados nas demonstrações financeiras em IFRS por não atenderem os requisitos da IAS 38.

### **VI Dividendos Declarados**

A IAS 10 prevê que os dividendos declarados depois da data do balanço não devem ser reconhecidos como um passivo por não representarem uma obrigação presente, até que sejam aprovados em assembleia de acionistas (IAS 37).



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Baseado no tratamento requerido pelo IFRS, a parcela provisionada pela CAIXA, superior ao dividendo mínimo obrigatório, foi revertida e destacada no patrimônio líquido (PL), devendo ser provisionada somente depois de o Ministro de Estado da Fazenda aprovar toda a distribuição do resultado.

### VII Reversão de Contingências Passivas

Por definição e em consonância com a IAS 37, para que um passivo seja qualificado para reconhecimento, deverá haver uma obrigação corrente e a probabilidade de desembolso de recurso econômico para liquidá-la.

Nos termos das normas internacionais, o fato de uma contingência passiva decorrer de obrigação legal não é determinante para constituir provisão. Se a contingência decorrer de obrigação legal ou constituída, somente será adequado registrar provisão se a expectativa de saída de recurso econômico for provável.

As provisões para contingências fiscais relativas ao PIS/PASEP foram revertidas por tratar-se de ações cujo objeto está em discussão nas esferas administrativas e judiciais, com perspectiva de êxito, descaracterizando-as como provável saída de caixa.

### VIII Provisão Programa Pontos Cartão de Crédito

De acordo com a IFRIC 13, os valores equivalentes aos pontos dos programas de recompensas devem estar provisionados com base em seu valor justo, deduzidos dos pontos que nunca serão resgatados. A norma não prevê uma metodologia para o cálculo, porém o valor final a ser registrado deve representar o valor pelo qual os pontos poderiam ser vendidos separadamente.

Para atendimento à norma internacional, o valor da provisão foi ajustado para fazer face aos pagamentos futuros de prêmios.

### IX Outros

Composto essencialmente pelos ajustes relacionados a seguir:

#### Rendas de Empréstimos em Atraso – *Default* IFRS

Com base nas políticas contábeis para IFRS, o prazo de *default* (inadimplência) para as operações de créditos comerciais foi alterado de 60 para 90 dias e, para as operações de crédito de habitação e infraestrutura, para 180 dias. A CAIXA ajustou o saldo de seus empréstimos considerando esses prazos, apropriando as rendas de empréstimos em atraso. Para os contratos de empréstimos com atraso superior ao novo prazo de *default*, foram revertidos os juros de atraso apropriados anteriormente de acordo com a Resolução nº 2.682/99.

#### *Impairment* em Renegociação de Empréstimos

De acordo com a IAS 39, as operações de crédito renegociadas devem deixar de ser consideradas em atraso e devem ser objeto de teste de *impairment*, por meio de análise individual ou coletiva (em situações específicas). A CAIXA ajustou os saldos dos contratos de empréstimos



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

renegociados a partir da comparação dos fluxos de caixa esperados contratados originalmente com os novos fluxos de caixa objetos da renegociação.

### Investimentos em Empresas Coligadas

Segundo a IAS 28, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial todos os investimentos em coligadas, definidas como entidades sobre as quais um investidor possua influência significativa. Presume-se influência significativa, quando o investidor detiver, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto ou direito de voto potencial na investida, passível de ser imediatamente exercido ou convertido.

A CAIXA alterou o método de avaliação de seu investimento na CIBRASEC para o método de equivalência patrimonial, para atender a IAS 28.

### Marcação a Mercado de Derivativos – Passivos Financeiros

Em consonância com a Circular 3.150/02 do Banco Central do Brasil, as operações de LCI com *swap* não eram marcadas a mercado, visto que possuem a mesma contraparte e vencimento do derivativo. A CAIXA registrou os instrumentos financeiros derivativos, vinculados a estas operações ao valor justo com ajuste no resultado, para atender a IAS 39.

## 40.2 Isenções na Adoção do IFRS 1

### a) Combinação de Negócios

O IFRS 1 permite que combinações de negócios ocorridas antes da data de transição não sejam reavaliadas retrospectivamente, em conformidade com o IFRS 3 (Combinação de negócios).

Esta isenção não se aplica à CAIXA, tendo em vista a inexistência de aquisições de empresas nos exercícios anteriores à data do balanço de abertura em IFRS.

### b) Valor justo como base de valor de custo na transição

O IFRS 1 permite o uso de uma reavaliação de um item do imobilizado, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos anteriores à adoção das IFRS, como custo presumido na data de transição para o IFRS.

A CAIXA utilizou, no balanço de abertura em IFRS, o valor de avaliação de seus imóveis apurado em 2006, último período de reavaliação, como custo presumido.

### c) Benefícios a empregados

De acordo com a IAS 19 (Benefícios a Empregados), uma entidade pode adotar a abordagem de “corredor”, que deixa alguns ganhos e perdas atuariais não reconhecidos.

A aplicação retrospectiva dessa abordagem exige o desmembramento dos ganhos e perdas atuariais acumulados, a partir da celebração do plano até a data de transição para as IFRS, em uma parcela reconhecida e outra não reconhecida.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA já adotava, em 2008, a NPC 26, emitida pelo IBRACON, que contempla a IAS 19 e utiliza o critério do corredor.

Não houve registro de ganhos atuariais baseado neste critério, no balanço de abertura em IFRS, face aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos, às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente e por não ter o direito incondicional ao reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

### **d) Diferenças de conversão acumuladas**

A IAS 21 exige que a entidade classifique diferenças de conversão como um componente separado do patrimônio líquido e, quando da alienação da operação estrangeira que originou estas diferenças, transfira o valor da respectiva diferença acumulada para o resultado (inclusive, ganhos e perdas sobre respectivos instrumentos de *hedge*), como parte do ganho ou perda na alienação.

De acordo com o IFRS 1, uma entidade que adota as normas internacionais de contabilidade editadas pelo IASB pela primeira vez não precisa cumprir esta exigência para diferenças de conversão acumuladas existentes na data da transição para o IFRS.

Esta isenção não impacta a CAIXA, por não existirem diferenças de conversão registradas.

### **e) Ativos e passivos de subsidiárias, associadas e *joint ventures***

O IFRS 1 estabelece uma isenção de mensuração dos ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas, quando estas adotam o IFRS em momento diferente da adoção do IFRS pela controladora. Esta isenção não se aplica à CAIXA uma vez que nenhuma controlada, entidade controlada em conjunto e coligadas adotaram o IFRS antes da CAIXA, bem como somente as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS da CAIXA foram preparadas.

### **f) Transações com pagamento baseado em ações**

O IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações – aplica-se às transações de pagamento de passivos mediante entrega de ações da entidade.

O IFRS 1 permite a aplicação do IFRS 2 para transações liquidadas antes da data de transição, apenas na primeira adoção do IFRS.

A CAIXA é uma empresa pública de direito privado e seu capital não é dividido em cotas nem ações, não se aplicando o IFRS 2.

### **g) Contratos de seguros**

O IFRS 1 permite, às entidades que emitem contratos de seguros, alterar certas políticas contábeis de seguros na data de transição para o IFRS, observados alguns procedimentos mínimos.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA atua no segmento de seguros, inclusive planos de previdência, títulos de capitalização e consórcio, por meio da CAIXA SEGUROS S/A, com participação de 48% no capital da seguradora, sendo o investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial.

Assim, essa isenção não se aplica à CAIXA.

### **h) Custos de alterações na retirada de serviço, restauração e passivos semelhantes existentes incluídos no custo do ativo imobilizado**

O IFRIC 1 (Mudanças em Passivos Existentes por Desativação, Restauração e Passivos Similares) requer que mudanças nos passivos relativos à desativação, restauração e similares, devam ser adicionadas ou deduzidas do custo do ativo a que se referem, passando a ser depreciado de acordo com a vida útil remanescente deste ativo.

Na primeira adoção do IFRS, a entidade não precisa cumprir esse requerimento para passivos registrados antes da data de transição para IFRS. Esta isenção não se aplica à CAIXA.

### **i) Arrendamentos**

O IFRIC 4 permite que uma entidade determine quando um contrato existente na data da transição para o IFRS contém um arrendamento, baseado em fatos e circunstâncias existentes na data.

As entidades podem, na primeira adoção ao IFRS, aplicar as regras de transição do IFRIC 4, determinando se um contrato contém uma operação de arrendamento.

A CAIXA não possui contratos de arrendamento para a aplicação desta isenção.

## **40.3 Exceções à aplicação retrospectiva de outras IFRS**

### **a) Baixa de ativos e passivos financeiros**

O IFRS 1 não exige a aplicação retrospectiva da IAS 39 no que se refere à baixa de ativos e passivos financeiros não derivativos ocorridos antes de 1º de janeiro de 2004, ainda que estejam em conformidade com as práticas contábeis adotadas antes da adoção inicial do IFRS, não necessitando de ajuste.

Esta exceção não se aplica à CAIXA.

### **b) Hedge**

A IAS 39 requer que todos os derivativos sejam reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial, inclusive as variações normalmente contabilizadas no resultado do exercício.

A CAIXA não detém transação caracterizada como *hedge accounting* na data de transição para o IFRS.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Estimativas

As estimativas de uma entidade, na data de transição para o IFRS, devem ser consistentes com as mesmas feitas de acordo com os princípios contábeis anteriores (após ajustes para refletir qualquer diferença nas políticas contábeis), exceto se houver evidência objetiva de que essas estimativas estavam inconsistentes.

A CAIXA aprovisiona prováveis obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis de acordo com a NPC 22, em consonância com a norma internacional.

### 40.4 Reconciliação do Resultado – BRGAAP x IFRS

A reconciliação do resultado consolidado foi preparada com base na demonstração do resultado consolidada, elaborada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade e as normas reguladas pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), dos exercícios findos em 2010 e 2009.

O quadro a seguir demonstra a variação de itens da demonstração do resultado em relação ao lucro líquido BRGAAP para apuração do resultado em IFRS:

Descrição	2010	2009
<b>Lucro líquido BRGAAP</b>	<b>3.764.411</b>	<b>3.000.298</b>
Receita com juros e similares	680.331	438.269
Receita líquida com taxas e comissões	(638.535)	(488.300)
Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros	(2.614)	(10.353)
Perdas com ativos financeiros	1.733.113	1.411.554
Outras receitas operacionais	(83.017)	(710.021)
Outras despesas operacionais	42.562	12.817
Depreciação e amortização	40.059	55.430
Impostos diferidos	(753.511)	(662.468)
Outros	(978)	1.285
<b>Lucro líquido em IFRS</b>	<b>4.781.821</b>	<b>3.048.511</b>

#### Receita com juros e similares

A variação de receita com juros e similares é decorrente da reclassificação de custos e receitas incrementais, recebidos de operações de crédito e operações com títulos e valores mobiliários em virtude da aplicação do conceito de taxa de juros efetiva da IAS 39, nas operações vigentes na data de primeira adoção, agregadas às operações realizadas em 2010 e 2009.

#### Receitas com prestação de serviços e comissões

Parte das receitas vinculadas a operações de crédito e operações com títulos e valores mobiliários foi reclassificada para receita com juros e similares e outra parte, relativa ao prazo remanescente dos contratos, será apropriada em exercícios posteriores.

#### Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros

A CAIXA aplicou a permissão do IFRS 1 para a reclassificação das categorias dos ativos financeiros na data de transição para o IFRS.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, a CAIXA possui classificação distinta da carteira de TVM para BRGAAP e para IFRS, em instrumentos financeiros com efeitos de marcação a mercado, reconhecidos no resultado.

### **Perdas com ativos financeiros**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculada a operações de crédito, segundo a regulamentação do Banco Central (BRGAAP), inclui estimativas de perdas futuras que não podem ser aplicadas para fins de IFRS, permitindo somente o reconhecimento de perdas incorridas.

### **Outras receitas operacionais**

Parte destas receitas foi reclassificada para receita com juros e similares e a parte relativa ao prazo remanescente dos contratos que as originaram será apropriada em exercícios posteriores.

Em 2009 este item foi afetado de forma significativa no BrGaap pela reversão da provisão para contingências do PASEP, que para o IFRS a reversão ocorreu nos ajustes de 1ª adoção sendo reconhecida com um efeito positivo na conta lucros acumulados do patrimônio líquido, no balanço de abertura (01.01.2009).

### **Depreciação e amortização**

Despesa de amortização de diferido relativo a gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros registrada no BRGAAP. Para atender a norma internacional, os referidos gastos foram baixados, compondo os ajustes de primeira adoção em lucros acumulados por não atenderem aos requisitos da IAS 38 para classificação como ativo intangível.

### **Impostos diferidos**

Os ajustes decorrentes do IFRS alteraram a base de cálculo para apuração do ativo e passivo fiscal diferido por diferenças temporárias, tendo como principal impacto as diferenças entre as bases de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

## **Nota 41 Outras informações**

### **41.1 Segregação da Demonstração do Resultado**

Os quadros abaixo segregam o resultado da CAIXA nos seguintes grupos: atividades bancárias, investimentos e participações e administração de ativos de terceiros.

O grupo atividades bancárias engloba produtos que atendem a clientes pessoa física, pessoa jurídica e setor público, destacando-se os empréstimos comerciais, habitação, saneamento e infraestrutura urbana, captação de recursos em rede de agências, prestação de serviços bancários e os produtos do mercado interbancário, financeiro e de capitais, destacando-se as operações com títulos e valores mobiliários.



## **Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em investimentos e participações estão as participações estratégicas em empresas controladas, empreendimentos com controle compartilhado e empresas coligadas de forma direta ou indireta.

O grupo administração de ativos de terceiros reúne os produtos e serviços relacionados com a gestão de recursos de terceiros, com destaque para os fundos de investimento de rede e fundos exclusivos.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta a DRE segregada referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

Demonstração do Resultado Condensada	Atividades Bancárias	Investimentos e Participações	Ativos de Terceiros	Total
Receita líquida com juros	14.464.461	-	-	14.464.461
Receita líquida com taxas e comissões	8.008.940	-	1.132.740	9.141.680
Ganhos e perdas s/ativos e passivos financeiros e op. de câmbio	(254.514)	-	-	(254.514)
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central	2.942.783	-	-	2.942.783
Resultado de participações	-	427.833	-	427.833
Outras receitas operacionais	5.452.837	20.089	11.026	5.483.952
<b>Total de Receitas</b>	<b>30.614.507</b>	<b>447.922</b>	<b>1.143.766</b>	<b>32.206.195</b>
Despesas de pessoal	(9.909.737)	(3.114)	(34.641)	(9.947.492)
Despesas administrativas	(5.432.554)	(3.572)	(21.951)	(5.458.077)
Depreciação e amortização	(640.911)	-	-	(640.911)
Provisões (líquidas)	(1.512.095)	(141)	(1.567)	(1.513.803)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.472.935)	-	-	(2.472.935)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(2.744)	-	-	(2.744)
Despesas tributárias	(1.286.180)	(25.726)	(102.176)	(1.414.082)
Resultado na alien. de bens classificados como ativo não circulante destinado à venda	(2.788)	-	-	(2.788)
Outras despesas operacionais	(6.904.067)	0	(189.782)	(7.093.849)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>	<b>2.450.496</b>	<b>415.369</b>	<b>793.649</b>	<b>3.659.514</b>
Impostos Correntes				(141.439)
Impostos Diferidos				1.263.746
<b>Lucro Líquido Consolidado do Exercício</b>				<b>4.781.821</b>

O quadro abaixo apresenta a DRE dos segmentos de negócios da CAIXA referentes ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2009:

Demonstração do Resultado Condensada	Atividades Bancárias	Investimentos e Participações	Ativos de Terceiros	Total
Receita líquida com juros	13.908.963	-	-	13.908.963
Receita líquida com taxas e comissões	6.627.588	-	960.233	7.587.821
Ganhos e perdas s/ativos e passivos financeiros e op. de câmbio	165.893	-	-	165.893
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central	1.329.431	-	-	1.329.431
Resultado de participações	-	317.408	-	317.408
Outras receitas operacionais	4.329.200	68.951	21.653	4.419.804
<b>Total de Receitas</b>	<b>26.361.075</b>	<b>386.359</b>	<b>981.886</b>	<b>27.729.320</b>
Despesas de pessoal	(9.101.137)	(3.231)	(31.151)	(9.135.519)
Despesas administrativas	(4.858.358)	(642)	(23.901)	(4.882.901)
Depreciação e amortização	(549.775)	-	-	(549.775)
Provisões (líquidas)	(1.587.598)	(239)	(2.309)	(1.590.146)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.203.364)	-	-	(2.203.364)
Perdas com outros ativos (líquidas)	16.515	-	-	16.515
Despesas tributárias	(1.091.841)	(18.330)	(88.855)	(1.199.026)
Resultado na alien. de bens classificados como ativo não circulante destinado à venda	(81.320)	-	-	(81.320)
Outras despesas operacionais	(4.947.932)	(2.788)	(137.746)	(5.088.466)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>	<b>1.956.265</b>	<b>361.129</b>	<b>697.924</b>	<b>3.015.318</b>
Impostos Correntes				(120.934)
Impostos Diferidos				154.127
<b>Lucro Líquido Consolidado do Exercício</b>				<b>3.048.511</b>



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 41.2 Administração de Entidades Sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	31/12/2010	31/12/2009
PIS	27.542.969	26.100.285
FGTS	35.865.937	30.494.293
FAR	5.285.651	4.625.608
FDS	1.323.199	1.110.837
FAS	30.374	31.439
FGS	49.502	179.136
FIEL	-	46.025
FGHAB	131.584	94.406
FCA	5.501	538
FGCN	1.206.234	-
<b>Total</b>	<b>71.440.951</b>	<b>62.682.567</b>
FCVS (i) *	(89.873.424)	(84.520.824)

\* Posição de Novembro/2010

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

### 41.3 Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.954 (2009 - R\$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

### 41.4 FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/90, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/01. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 32.129 (2009 - R\$ 33.614).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/07, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 95.615 (2009 - R\$ 72.977).

### 41.5 FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/01, atualizado pela Lei 11.552/07.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 159.608 (2009 - R\$ 149.537).



## Notas explicativas às demonstrações financeiras em IFRS de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda  
Presidente

Fabio Lenza  
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira  
Vice-presidente

José Urbano Duarte  
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos  
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues  
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima  
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto  
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa  
Contador  
CRC/DF-022.351/0-1 DF